



crp sp elege
**nova
gestão**

QUANDO O TRABALHO ADOECE. CONFIRA NA PÁGINA 22

EDITORIAL | UM LEGADO

A plenária eleita pelos psicólogos para o CRP SP, em 27 de agosto, terá novos desafios pela frente. Um trabalho que se fará a partir do legado deixado pela gestão que termina.

03

OPINIÃO | POPULAÇÃO DE RUA: NÃO DÁ PARA VARRER PARA DEBAIXO DO TAPETE

A professora de Política em Assistência Social pela PUC-SP e ex-secretária municipal de Assistência Social aborda a situação dos moradores de rua no centro de São Paulo.

04

CAPA | CRP SP ELEGE NOVA GESTÃO

Com a eleição da chapa Cuidar da Profissão para o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, começa uma nova etapa de um projeto histórico dos psicólogos. Um balanço mostra o legado dos últimos três anos.

06

UM MUNDO MELHOR É POSSÍVEL | DE OLHOS BEM ABERTOS

A juíza titular da 16ª Vara Criminal de São Paulo, Kenarik Boujikian Felipe, aborda o acordo que visa garantir o direito a voto nas eleições de 2010 para presos provisórios e adolescentes cumprindo medida sócioeducativa.

10

ORIENTAÇÃO | SOBRE O EXERCÍCIO ILEGAL OU IRREGULAR DA PROFISSÃO

Entenda as diferenças entre o exercício irregular e o exercício ilegal da profissão e as medidas que podem ser tomadas em cada caso.

12

FORMAÇÃO | SEMINÁRIO DEBATE ATUAÇÃO NO SUAS

Evento transmitido *on-line* apontou desafios para o psicólogos que atuam no campo da Assistência Social.

13

CUIDANDO DA PROFISSÃO | ACOMPANHAMENTO DE CONCURSOS

Em um ano o CRP SP analisou 273 editais de concursos envolvendo o trabalho de psicólogos no estado de São Paulo e atuou para garantir requisitos adequados e espaços de atuação para os profissionais.

14

DIA DO PSICÓLOGO | RAZÃO E EMOÇÃO EM EQUILÍBRIO

Eventos e a inauguração de nova Subsele marcaram as comemorações do Dia do Psicólogo, pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

15

ELEIÇÕES | CHAPA CUIDAR DA PROFISSÃO VENCE ELEIÇÃO NO CRP SP

Mais de 28.000 psicólogos participaram das eleições do dia 27 de agosto.

15

POLÍTICAS PÚBLICAS | CONQUISTANDO ESPAÇO

Psicologia consegue aprovar teses na Conferência Nacional de Educação (Conae) e mostra as contribuições que só ela pode dar.

16

POLÍTICAS PÚBLICAS | COM PROPOSTAS, MAS SEM APOIO

Em São Paulo, governo do estado negou apoio à realização da etapa estadual da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial. Ainda assim, propostas foram levadas ao encontro em Brasília.

18

SEÇÃO ABERTA | EM BUSCA DA IGUALDADE

Encontro de psicólogos negros vai debater relações inter-raciais e subjetividade no Brasil.

19

CONVERSANDO COM O PSICÓLOGO | PSICOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Fórum realizado em São José do Rio Preto coloca em debate novas abordagens envolvendo Psicologia, sustentabilidade e meio ambiente.

20

CONVERSANDO COM O PSICÓLOGO | QUANDO O TRABALHO ADOECE

Pressão e competição no ambiente de trabalho elevam casos de transtorno mental e aumentam número de afastamentos, segundo a Previdência Social. Mas não se sabe até onde vai o problema.

22

INTERIOR | EVENTOS MARCAM 20 ANOS DE ECA

Um conjunto de eventos, realizados na Sede e nas Subsedes do CRP SP, permitiu um amplo debate sobre os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e aproximou profissionais que atuam na área.

24

QUESTÕES ÉTICAS | O QUE MUDOU NAS REPRESENTAÇÕES

Comissão de Ética avalia as mudanças e o significado das representações contra psicólogos nos três últimos anos e vê avanço da cidadania.

26

PROCESSOS ÉTICOS | DOCUMENTOS DECORRENTES DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

27

ESTANTE | “Psicologia e Povos Indígenas” e “Os Contornos da Psicologia Contemporânea” são dois dos livros apresentados em Estante.

28

MURAL | CFP cessa os efeitos da Resolução 009/2010 durante 6 meses e mantém a 010. Veja esta e outras notícias no Mural desta edição.

29



Conselho Regional de Psicologia SP

PSI Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Marilene Proença Rebello de Souza
Vice-presidente | Maria Cristina Barros Maciel Pellini
Secretária | Andréia De Conto Garbin
Tesoureira | Lúcia Fonseca de Toledo

Conselheiros efetivos

Andréia De Conto Garbin, Adriana Eiko Matsumoto, Carla Biancha Angelucci, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria de Fátima Nassif, Maria Ermínia Ciliberti, Maria Izabel do Nascimento Marques, Mariângela Aoki, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza, Sandra Elena Sposito, Vera Lúcia Fasanella Pompílio

Conselheiros suplentes

Beatriz Belluzzo Brando Cunha, Carmem Sílvia Retondando Taverna, Fabio Silvestre da Silva, Fernanda Bastos Lavarello, Leandro Gabarra, Leonardo Lopes da Silva, Lillian Martins da Silva, Luciana Mattos, Luiz Tadeu Pessutto, Lumena Celi Teixeira, Maria de Lima Salum e Moraes, Oliver Zancul Prado, Sílvia Maria do Nascimento, Sueli Ferreira Schiavo

Comissão de Comunicação

Coordenadora Maria de Fátima Nassif
Gerente-geral Diógenes Pepe
Coordenador de Comunicação Waltair Martão

Realização Ziroldo Carolino Comunicação
(11) 2579-5079 | 2579-5089

Jornalista Responsável Carlos Carolino (MTb 13.559)

Arte Ligia Minami
Revisão Célia Genovez

Impressão: Esdeva Empresa Gráfica
Tiragem 70.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo SP
tel. (11) 3061-9494, fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Anúncios e Livros | info@crpsp.org.br
Site | http://www.crpssp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira
tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315

um legado

A gestão 2008-2010 do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo chegou ao seu final e uma nova plenária, eleita no dia 27 de agosto, inicia um novo trabalho. Nessa passagem é possível identificar uma continuidade no que se refere a propósitos amplos, tais como o compromisso com uma sociedade mais justa e solidária, a valorização do profissional e da profissão de psicólogo ou a criação de referências de atuação. Ao mesmo tempo, contudo, novos desafios e propostas – delineados ao longo do VII Congresso Nacional de Psicologia – se colocam para a gestão que se inicia.

Nesta edição, é feito um balanço sucinto do que foi realizado ao longo dos três últimos anos. Para começar, deve-se frisar a forma coletiva, democrática e transparente que marcou a tomada de decisões dentro do Conselho. Outro aspecto significativo foi a preocupação em estimular, por todos os meios possíveis, a participação dos psicólogos nas iniciativas da entidade. Da forma como vemos, um Conselho de Psicologia não pode cumprir verdadeiramente seu papel sem atender a esses aspectos básicos.

Não faltou também coragem para enfrentar temas complexos ou polêmicos. O CRP SP se aproximou do movimento social visando a defesa de populações em condições de extrema vulnerabilidade, como no campo da Saúde Mental, no âmbito da Criança e do Adolescente ou na área do Sistema Prisional. Participou ativamente e com propostas de conferências, como as de Comunicação, Educação e Saúde Mental. Defendeu o respeito aos Direitos Humanos em sentido amplo, e em particular ao terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, quando este se viu sob o ataque de setores conservadores e de ações contra a homofobia.

O CRP também se mobilizou contra propostas medicalizantes, como no caso da dislexia, que, em dado momento, ameaçaram invadir as escolas paulistas bem como ações na direção da atuação do psicólogo no campo da Educação. Conseguiu, ainda, vitórias importantes como na luta contra o Ato Médico, ainda em curso, que fere a autonomia profissional de psicólogos e de outras categorias profissionais, sem falar nos interesses da população. Foi, assim, uma atuação que se preocupou em “olhar para fora” e fazer com que a Psicologia se tornasse uma voz a ser ouvida, com exposições em locais públicos, como estações de metrô.

Do ponto de vista da infraestrutura, ampliamos as instalações da Sede, inauguramos a Subsele de Sorocaba, melhoramos as condições de atendimento ao psicólogo na capital e no interior. Estamos inaugurando o Centro de Documentação do Conselho Regional de São Paulo e ampliamos as ações do Projeto Memória da Psicologia com os vídeos Psicologia Escolar e Educacional e Uma História da Psicologia Organizacional e do Trabalho. Além disso, pudemos ampliar os horizontes de comunicação, com o boletim eletrônico quinzenal, a criação das transmissões pela WEB TV CRP-SP e o lançamento de livros, cadernos temáticos e cartilhas para os usuários dos serviços psicológicos.

Paralelamente, o CRP SP avançou na construção de referências para a atuação dos psicólogos por meio das pesquisas realizadas pelo Crepop. Juntamente com a Abep, participou de diversas iniciativas visando discutir e aprimorar o aspecto da formação dos psicólogos, construindo recomendações para as clínicas escolas e esclarecendo questões referentes à nova nomenclatura dos cursos de Psicologia. E num âmbito mais amplo, juntou-se a iniciativas desenvolvidas pela Ulapsi, voltadas a fortalecer a Psicologia na América Latina. Tudo isso se somou, ainda, às atividades essenciais do Conselho voltadas para a orientação, a fiscalização e o julgamento de representações levadas ao seu conhecimento.

Temos consciência de que nem sempre alcançamos nossos objetivos. Sofremos, sim, derrotas doídas, como a retirada da Psicologia da grade do Ensino Médio, e nem sempre tivemos condições, ou capacidade, de levar nossas propostas na velocidade que desejávamos. No entanto, nos resta a clareza de que demos o melhor de nós e de que um importante legado fica para a gestão que se inicia. Temos a certeza – e o desejo – de que ela fará mais e melhor.



debaix

em junho deste ano, o Ministério Público de São Paulo instaurou inquérito civil com o objetivo de investigar se o Conselho de Segurança (Conseg), da região de Santa Cecília, na capital paulista, teria tentado impedir a distribuição de alimentos aos moradores de rua. De acordo com o jornal Folha de S. Paulo, a entidade teria pressionado restaurantes e ONGs que atuam na região central a não doarem comida aos moradores de rua como uma forma de expulsá-los.

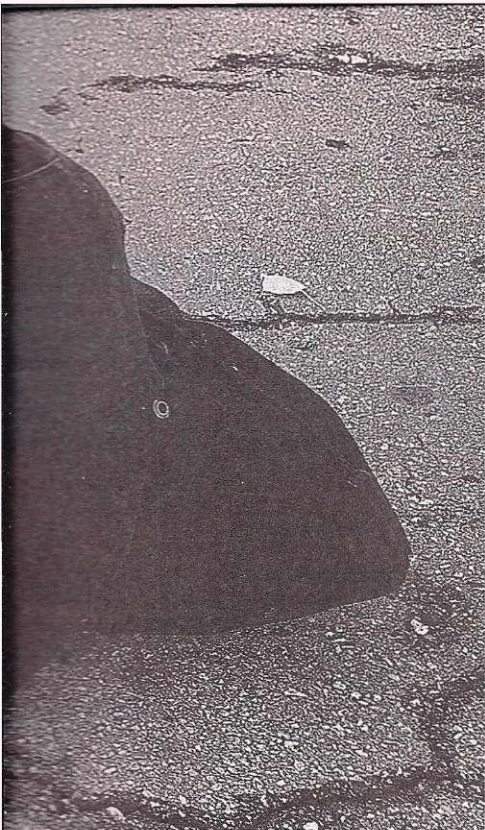
Não são poucos os que apontam ações desse tipo, muitas delas promovidas pelo poder público local, como uma forma de higienismo social. Pessoalmente, tendo a ver nesse episódio e nas recentes políticas do poder público local a reedição de um velho preconceito, cuja expressão máxima é: “nem gente eles são”. Qualquer que seja o caso, é clara a postura de tentar varrer para debaixo do tapete esse “lixo ambulante” que enfeia, incomoda e desvaloriza as regiões nobres da cidade.

Isso ficou claro, por exemplo, quando o governo municipal transferiu serviços destinados à população de rua para os bairros mais afastados. A lógica, estreita, foi a de que a presença do serviço atraía a população de rua para o centro. Logo, tirando o serviço dali, a população desapareceria! Não foi, evidentemente, o que aconteceu. Um mínimo de conhecimento sobre os hábitos da população de rua permitiria antever o que aconteceria.

Para resumir: na primeira vez, o morador se deixa levar até o novo local, para onde o serviço foi deslocado. Ocorre que ele quer retornar para a sua rotina diária, no seu local de origem. É quando descobre que não terá como voltar, a não ser por conta própria. Pode demorar um dia ou uma semana, mas é o que ele acaba fazendo. O que acontece a seguir é o óbvio: ele não quer mais saber de sair do seu pedaço. Ou seja: joga-se fora a oportunidade de um trabalho de acolhimento e de reinserção social desses moradores e a tendência é a de que o problema somente se agrave com o decorrer do tempo.

RUPTURAS – Vale lembrar que a dificuldade de reinserção de uma pessoa nessas condições é diretamente proporcional ao tempo em que ela vive na rua. A rua vicia. Ao mesmo tempo em que retira a dignidade da pessoa, traz uma sensação de liberdade: não há convenções a seguir, obrigações ou compromissos. Sair dela é uma ruptura, da mesma forma que entrar nela. Assim, quanto antes for feito um trabalho para a “saída da rua”, maiores serão as possibilidades de que essa pessoa reconstrua sua ressocialização e, com ela, novas relações de apoio e reconhecimento.

A questão das pessoas em situação de rua não é simples. Se levarmos em conta os números do censo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) em 2009, veremos que, no caso de São Paulo, há uma quantidade relativamente pequena de pessoas: perto de 14 mil, em uma população de 11 milhões. A questão é que, sob a designação genérica “pessoas em situação de rua”, o que temos diante de nós são 14 mil situações diferentes, apesar de aparentemente homogêneas requerem-



o do tapete

não dá pra varrer para

do, cada uma delas, um projeto de trabalho único. É preciso encontrar, em cada pessoa, a motivação que pode fazê-la sair da rua. E isso requer compromisso ético, vontade política, investimentos, pessoal treinado e continuidade no trabalho.

Foi nessa direção que caminharam diversas ações da Prefeitura de São Paulo, em 2002, como os programas Presença Social nas Ruas e o Acolhe, que contavam com equipes treinadas e infraestrutura de apoio, além de transporte e controle de vagas de seus ocupantes por uma plataforma digital, o SIS-Rua. Outra iniciativa importante foi a Oficina Boraceia, que contava com um núcleo de inclusão digital, centros de serviços e lazer, canis para os animais de estimação e um posto da Caixa Econômica Federal que permitia a abertura de contas com valores reduzidos. Seu fechamento foi um equívoco. Compare-se o Boraceia com a tenda instalada no Parque D. Pedro, onde os moradores de rua ficam estirados em precárias condições. Chamar um lugar como esse de "Jardim da Vida" é, no mínimo, constrangedor!

Uma política adequada deveria começar por respeitar a legislação já existente nesse campo. Refiro-me à Lei Municipal 12.316/97, posteriormente regulamentada pela então prefeita Marta Suplicy por meio do decreto 40.232/01. Refiro-me, também, ao recente Decreto Federal 7.083, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política para a População em Situação de Rua e criou um Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento de sua efetivação.

Uma vez que me dirijo, aqui, aos psicólogos, penso que a população em situação de rua também deveria ser alvo da atenção da área da Saúde e, em particular, da Saúde Mental. Desconheço levantamentos que mostrem quantos, entre os moradores de rua, são egressos de instituições psiquiátricas, mas a experiência me faz crer que não são poucos. Há, aqui, um campo importante de atuação, que demanda políticas públicas intersetoriais e um debate mais aprofundado entre psicólogos e assistentes sociais.

Acredito, por fim, que sempre existirão pessoas nessas condições, mas, também, que é possível abordar essa questão de uma forma que seja ao mesmo tempo humana e eficaz. Gente não pode ser tratada como lixo a ser escondido sob o tapete.

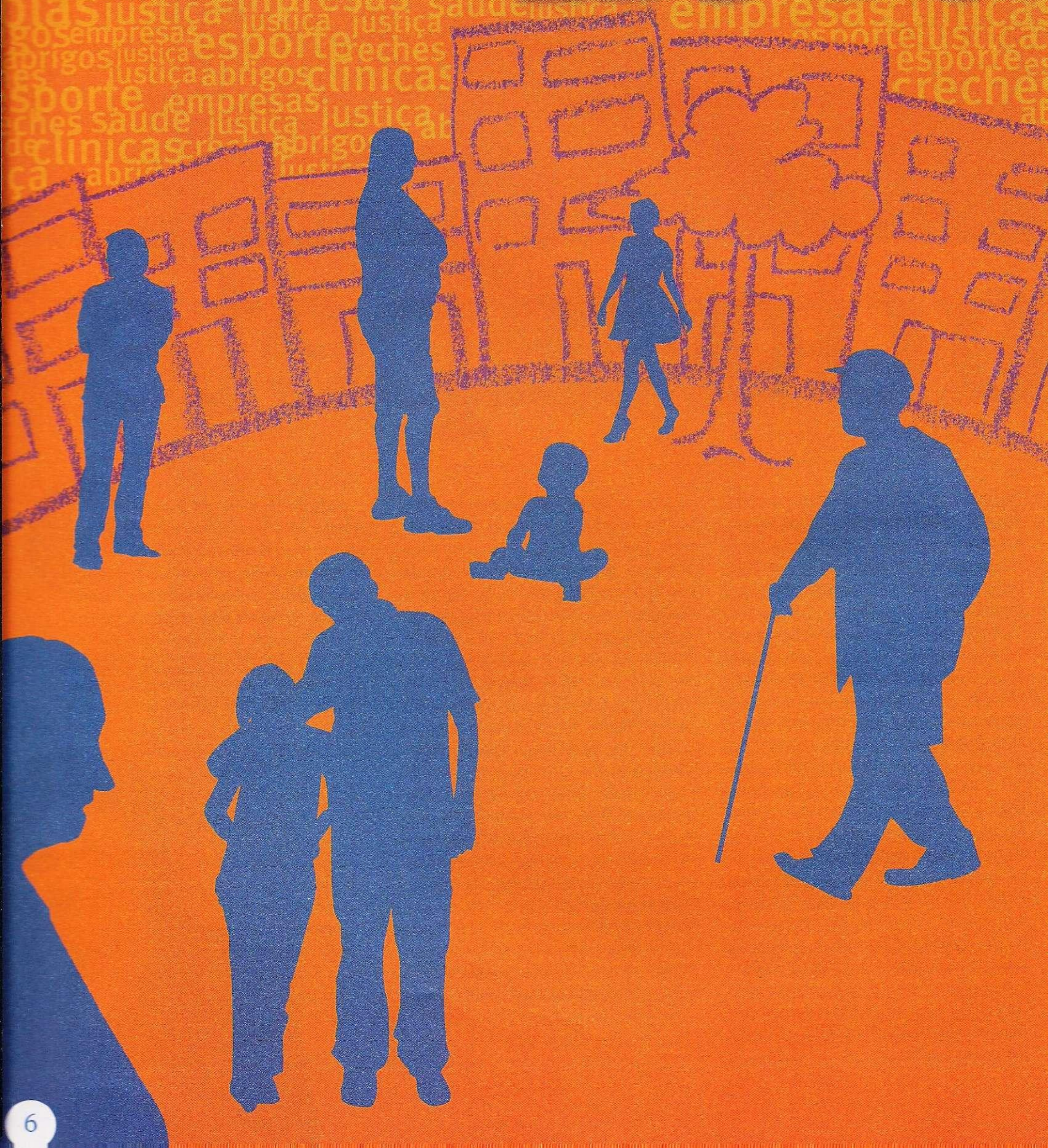
Aldaíza Sposati é assistente social, professora titular da PUC-SP em Política de Assistência Social e coordenadora da pós-graduação da Uniban. Foi vereadora e secretária municipal de Assistência Social na gestão de Marta Suplicy.



→ capa | sucessão

crp sp elege

nova



gestão

Com a eleição da chapa Cuidar da Profissão para o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, começa nova etapa de um projeto histórico dos psicólogos. Um balanço mostra o legado deixado à nova plenária.

Passar o bastão é uma imagem corriqueira para descrever o fim de uma gestão e o início de outra. A imagem pode não ser nova, mas ajuda a entender um aspecto significativo da eleição recém-realizada para o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. A gestão que se inicia no CRP SP também pode ser vista como mais uma etapa de um projeto construído há mais de duas décadas pelos psicólogos. Um projeto político, marcado pelo compromisso com a profissão e com a justiça social.

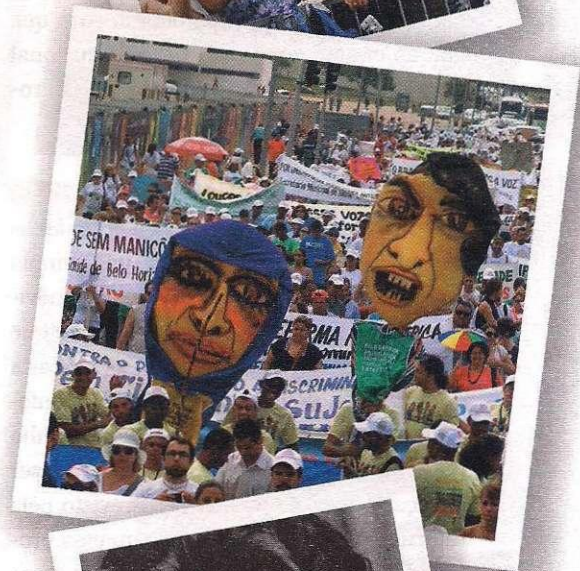
Há, contudo, uma distinção importante entre as duas situações. Diferentemente de uma prova de atletismo, os desafios colocados diante dos psicólogos se renovam ao longo do tempo. E, a menos que se compartilhe de teses neoconservadoras como as do "Fim da História", de Francis Fukuyama, não existe o equivalente a uma linha de chegada pré-estabelecida. O que coloca os participantes dessa corrida frente a duas constatações: a de que a avaliação dos sucessos e fracassos não pode esperar pelo fim da prova e, mais importante, que essas avaliações ao longo do percurso permitem aprender, rever, melhorar e, por fim, interferir no resultado final. O balanço a seguir tem esse objetivo.

A gestão do CRP SP que se encerra teve como norte as decisões tomadas no VI Congresso Nacional de Psicologia (VI CNP), realizado em junho de 2007. Nele foram definidos três eixos de atuação, que apontavam para: 1) a construção de projetos coletivos da profissão, orientados para um amplo diálogo com a sociedade; 2) a intervenção dos psicólogos nos sistemas institucionais, criando-se referências técnicas para a atua-

ção dos psicólogos em áreas como o Sistema Prisional, o Educacional e o Laboral; 3) o aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos. A partir dessas linhas de forças, foram formuladas ações, levando em conta as peculiaridades da articulação dos psicólogos no estado de São Paulo.

AÇÃO POLÍTICA – Nessa perspectiva, várias iniciativas foram desenvolvidas pelo CRP SP. A luta contra o Projeto de Lei do Ato Médico foi um exemplo de atuação em defesa da profissão. Ao tornar privativa dos médicos o diagnóstico de doenças e a indicação de tratamento, o projeto do Ato Médico fere os princípios do Sistema Único de Saúde e prejudica a população brasileira. O CRP SP, juntamente com outras entidades profissionais, esteve à frente de manifestações públicas contra o projeto, participou de debates na Assembleia Legislativa de São Paulo e fez gestões junto aos senadores paulistas no sentido de rejeitar a proposta. Contribuiu, assim, para reverter um quadro dado como perdido e agora segue na expectativa de que o projeto seja arquivado. Também na linha de defesa da profissão merece destaque o acompanhamento de editais de concursos de interesse da Psicologia, por meio do qual se procura preservar o espaço de atuação dos psicólogos (leia na página 14).

A luta contra os projetos de lei sobre dislexia foi outro exemplo de luta em defesa da população. Em diversos municípios, incluindo a capital paulista, foram apresentadas propostas que transformavam um distúrbio de aprendizagem numa patologia. ➔



Ações do CRP SP: luta contra o Ato Médico, marcha pela IV Conferência de Saúde Mental – Intersetorial e homenagem à psicóloga Iara Iavelberg, morta pela Ditadura Militar.

O envolvimento do conselho foi fundamental para levar uma visão crítica às autoridades e impedir iniciativas nesse sentido. Vale lembrar que o CRP SP dedicou um caderno temático ao debate sobre a dislexia e se prepara para realizar, em novembro próximo, o I Seminário Internacional A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e Outros Supostos Transtornos.

Sobre esses episódios, vale registrar uma observação feita por mais de um parlamentar à presidente do CRP SP, Marilene Proença. A de que, até então, eles pouco ou nenhum conhecimento tinham sobre a posição dos psicólogos referente a este ou aquele tema. “Ninguém assumirá o nosso papel. A atuação do conselho, articulada com a do sindicato e com as demais entidades da Psicologia é fundamental, para que obtenhamos reconhecimento institucional e possamos dar visibilidade às nossas propostas”, diz ela.

POLÍTICAS PÚBLICAS – O CRP SP se aproximou de movimentos sociais em áreas nos quais os psicólogos atuam. Um exemplo emblemático foi a participação no movimento dos usuários da saúde mental e que resultou na Marcha de Brasília. Foi graças a essa mobilização que se realizou a IV Conferência Nacional de Saúde Mental em junho deste ano e que gerou propostas para fazer avançar o modelo de atenção previsto pela reforma psiquiátrica. Foi também essa proximidade que permitiu a realização da etapa estadual preparatória da conferência mesmo sem o apoio do Governo de São Paulo, a quem, em princípio, caberia convocar e dar suporte à conferência (*leia na página 18*). O CRP SP também desenvolveu um amplo conjunto de atividades ao longo desses três anos, questionando os entraves para o avanço da Luta Antimanicomial.

No âmbito das conferências sobre políticas públicas, o CRP SP se mobilizou para debater a questão da comunicação no Brasil. Trata-se de uma área que tem reflexos importantes sobre a vida das pessoas e que

envolvem fortemente a sua subjetividade. O CRP SP realizou debates como o Midiálogos, envolvendo psicólogos e convidados, e participou da formulação de propostas para fazer da comunicação um bem público e não propriedade de livre uso pelas empresas do setor. Ainda que os resultados práticos da conferência tenham sido modestos, sua realização foi uma vitória. Foi a primeira vez que a sociedade conseguiu realizar uma conferência de comunicação e questionar os grandes empresários da mídia.

A atuação dos psicólogos na Educação recebeu atenção especial ao longo da gestão que se encerrou. Destaque para a realização, entre 2008 e 2009, do Ano da Educação no Sistema Conselhos, que resultou em propostas de políticas públicas, políticas educacionais e de atuação nas instituições escolares. Várias dessas propostas foram levadas (e acolhidas) na recente Conferência Nacional da Educação (Conae). O trabalho propiciou uma melhor compreensão das contribuições que a Psicologia tem a dar à Educação. É preciso registrar, contudo, um duro revés na área: a exclusão da Psicologia do Ensino Médio. Ainda que iniciativas tenham sido tomadas junto ao Congresso e à Secretaria de Estado da Educação, em São Paulo, não foi possível reverter esse quadro até o momento.

DIREITOS HUMANOS – Importante notar que, tanto na Educação como em diversas outras iniciativas do CRP SP, a temática dos Direitos Humanos se fez presente. A Educação e os Direitos Humanos, por exemplo, foram tema de um amplo debate na sede do CRP SP, acompanhado *on-line* por psicólogos e coordenadores de cursos de todo o País. O conselho também se posicionou em defesa do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3) e da formação de uma Comissão de Verdade a fim de promover um resgate histórico dos fatos ocorridos durante o Regime Militar. O pressuposto é o de que não se pode reconstruir o tecido social sem um reconhecimento público da dor

das vítimas. Nessa direção, homenagens foram organizadas para reconhecer o papel de personalidades dessa história recente como o jurista Fábio Comparato, a ex-reitora da PUC SP, Nadir Kfourí, e as psicólogas Iara Iavelberg e Aurora Maria Nascimento Furtado, mortas pelos órgãos de repressão.

Vale ainda registrar a participação junto às demais entidades da Psicologia, que integram a Ulapsi. Representantes do CRP SP estiveram presentes no III Congresso da entidade, cujo objetivo maior é debater e produzir contribuições para uma Psicologia comprometida com a realidade latino-americana. E o conselho tem apoiado outras iniciativas como os III Diálogos Latino-Americanos, realizados no âmbito do III Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão, tendo como objetivo aproximar profissionais e pesquisadores de diferentes países.

NO INTERIOR DA ENTIDADE – Em uma frente que poderia ser descrita como “interna”, um balanço precisa dar conta de outro conjunto de conquistas. A começar pelo processo de interiorização ocorrido em São Paulo. A subseção do CRP SP tiveram um papel fundamental no sentido de levar as questões da Psicologia para perto dos profissionais nas diversas regiões do Estado. Debates e mobilizações foram realizados não apenas nas cidades onde as subseções se encontram, mas também em outros municípios da região. Ao mesmo tempo, os psicólogos ampliaram sua atuação junto a populações em condições de vulnerabilidade, como no caso de crianças e adolescentes, usuários de álcool e drogas e populações indígenas. Outro destaque foi a criação de uma nova subseção do CRP SP, em Sorocaba. Por fim, vale notar a importância de ações administrativas, como o fórum de gestores, permitindo uma troca de informações importante no que se refere à uniformidade de procedimentos.

A construção de referências técnicas pode ser incluída entre os grandes avanços alcançados nos três últimos anos. Ao longo desse período, o Centro de Referência Técnica em

Políticas Públicas, Crepop, desenvolveu pesquisas abordando educação inclusiva; medidas sócioeducativas em meio aberto; atenção à mulher sob violência de gênero; atuação de psicólogos na educação básica, serviços de saúde da atenção básica; álcool e drogas; mobilização urbana transporte e trânsito; atuação no Creas e serviços especiais de acolhida. No caso de São Paulo, um aspecto importante foi o crescente grau de envolvimento das sub-sedes nesse processo. A atuação do Crepop cumpre, assim, a proposta de uma Psicologia com um olhar crítico para a sociedade e que propõe soluções para o enfrentamento dos desafios sociais.

Ao mesmo tempo, a formação dos profissionais foi acompanhada com interesse pelo CRP SP. O ponto de partida é que houve uma acentuada mudança no campo de trabalho. Existem, hoje, espaços que envolvem a prestação de serviços para amplas camadas da população, mas que requerem, em contrapartida, mudanças na formação. É tipicamente o caso do Sistema Único de Saúde (SUS), que demanda o fortalecimento das residências multiprofissionais. Em parceria com a Abep, o CRP SP participou de diversas iniciativas voltadas para esse objetivo. Entre elas, o VII Encontro Nacional da Abep, que, entre outros temas, aprofundou as questões envolvendo o serviço-escola apresentando um documento de Recomendações.

Atividade primordial dos conselhos, a gestão do CRP SP que se encerra se empenhou fortemente nas atividades de fiscalização, orientação e julgamento de representações. Um trabalho de mutirão permitiu a apreciação de projetos em mais curto espaço de tempo e o número de casos que chegaram a julgamento diminuiu. Parte dessa última mudança é atribuída ao esforço de orientação e divulgação que, entre outros aspectos, levou a um maior cuidado na elaboração dos laudos psicológicos (veja na página 26). Destaquem-se ainda os debates de questões éticas, envolvendo temas como bioética, a atuação dos psicólogos em

equipes multidisciplinares ou a participação nos meios de comunicação. No aspecto da fiscalização, destaque para o convênio com o Ministério Público estadual, que permitiu averiguar condições de trabalho em centros de reabilitação para usuários de álcool e drogas ou em instituições, como a Fundação Casa.

Aperfeiçoar a comunicação com a sociedade e com o psicólogo foi uma das grandes preocupações do CRP SP ao longo dos três últimos anos. Merece destaque a participação da entidade em eventos públicos, como a presença na Feira da Pompeia ou na Parada do Orgulho LGBT; a realização de exposições, como a I Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia; a promoção de concursos, como o Prêmio Madre Cristina, ou ainda a exibição de vídeos, como no Dia do Psicólogo, no metrô de São Paulo. Vale lembrar ainda o programa Diversidade, parceria entre o CRP SP e a TV PUC-SP, e este Jornal PSI, reformulado editorialmente, que abordam os mais diversos temas ligados à Psicologia. Por fim, registre-se a recente criação da WEB TV, que transmitirá eventos realizados na sede do CRP SP, potencializando a participação dos psicólogos e demais interessados.

Que muito mais há por fazer nos próximos três anos, pela gestão que agora assumiu o CRP SP, não há dúvida. No atletismo, considera-se que a responsabilidade de não deixar cair o bastão é do receptor. Numa jornada como a que os psicólogos estão fazendo, não se pode dizer o mesmo. Todos são igualmente responsáveis por levar adiante um projeto que é histórico. ●

1) O sociólogo Emir Sader fala em palestra promovida pelo Sistema Conselhos no último Fórum Social Mundial.

2) Usuária da Saúde Mental participa de desfile do cordão carnavalesco Bibi-Tantã.

3) Os psicólogos Raquel Guzzo, do Brasil, e Ignácio Dobles, da Costa Rica: o diálogo da Psicologia Latino-Americana.

4) CRP SP divulga ações da Psicologia na Feira da Pompeia.



de olhos bem

Juíza titular da 16ª Vara Criminal da Capital de São Paulo, Kenarik Boujikian Felipe é atualmente secretária do Conselho Executivo da Associação Juízes pela Democracia (AJD), da qual foi fundadora, em 1991, e presidente. A AJD é uma entidade civil que atua na defesa do estado democrático de direito; da dignidade da pessoa; na democratização interna do judiciário e no resgate do serviço público pautado pela transparência. Na entrevista a seguir, ela aborda o recente acordo firmado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal Superior Eleitoral visando garantir o direito a voto, nas eleições de 2010, para presos provisórios e adolescentes que cumprem medida sócioeducativa. Segundo ela, esse é um direito previsto na Constituição Federal, mas que até hoje apenas parcialmente foi respeitado. “O direito deles não é só deles. É meu direito também. Se eu fecho os olhos para uma violação, se faço de conta que ela não existe, eu estou violando um direito que, de fato, é de toda a humanidade”.

PSI – Como a senhora avalia o acordo entre o Conselho Nacional de Justiça e o TSE?

Kenarik – Toda vez que se consegue assegurar um direito fundamental, a sociedade alcança uma vitória. O acordo entre o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal Superior Eleitoral para garantir que presos provisórios e adolescentes cumprindo medida sócioeducativa possam exercer o direito ao voto nas eleições de 2010 caminha nessa direção. Embora seja um direito constitucional, ele só foi assegurado em algumas ocasiões, em alguns estados e nunca para os adolescentes – essa será a primeira vez! Na próxima eleição, quase todos os estados brasileiros deverão garantir, em alguma medida, que essas pessoas possam exercer o seu direito de voto, o que é um avanço.

PSI – O que levou a essa mudança?

Kenarik – Essa é uma luta há um bom tempo e que tem mobilizado uma parte importante da sociedade civil. Cerca de cem entidades assinaram um Manifesto pela Cidadania, que foi levado ao então presidente do TSE, Carlos Ayres Britto, reivindicando que esse direito fosse assegurado. Vale registrar que entidades ligadas ao Estado, como foi o caso do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, também se manifestaram no mesmo sentido.

PSI – Algumas pessoas podem estranhar essa mobilização em defesa dessa população. Por que ela é importante?

Kenarik – A sociedade é predominantemente conservadora nesse assunto e há setores que simplesmente não aceitam que presos sejam vistos como pessoas. Se presos não são pessoas, não podem ter o direito que as pessoas têm. Retira-se, delas, portanto, a dignidade humana. O voto para presos provisórios e adolescentes

cumprindo medidas sócioeducativas dá uma noção de pertencimento do indivíduo em relação à sociedade. É um aspecto importante se lidamos com a perspectiva de reintegração dessa pessoa. Negar esse e outros direitos revela uma estratégia perversa de encapsulamento desses grupos, que só pode levar à exclusão.

PSI – Há interesse dos beneficiados?

Kenarik – As experiências anteriores de voto mostraram que há interesse de participação. De qualquer forma, é preciso considerar que estamos lidando com uma população vulnerável, com condições restritas para demandar direitos. O que torna ainda mais importante a atuação da sociedade. O direito deles não é só deles. É meu direito também. Se eu fecho os olhos para uma violação, se faço de conta que ela não existe, eu estou violando um direito que, de fato, é de toda a humanidade.

PSI – A senhora já conversou diretamente com presos sobre esse assunto? Como eles se colocaram?

Kenarik – Conversei com presos no Rio de Janeiro que participaram de uma votação e perguntei sobre os critérios que eles adotaram para escolher seus candidatos. Muitos me responderam que conversaram com suas famílias e procuraram saber quem estava fazendo algo de bom para as suas comunidades. Outros fizeram referência a candidatos que foram à prisão apresentar suas propostas. Isso mostra que as pessoas continuam fazendo parte da sociedade, mesmo que estejam atrás dos muros.

PSI – Essas eleições podem trazer algum tipo de desdobramento em termos de respeito a direitos?

Kenarik – Eu penso que sim. Por exemplo, alguns locais estão alegando falta de condições de segurança para instalar as cabines de votação. O que leva a pergunta:

abertos



como pode uma instituição que deveria, por princípio, ser segura, alegar tal coisa? Ou: fulano não pode votar porque não tem documento. A lei de execução penal fala que é obrigação do Estado regularizar toda a parte de documentos dos presos. Como é possível, portanto, alguém estar preso e não ter documentos?

PSI – Qual o seu envolvimento com esse processo?

Kenarik – Eu faço parte da Associação Juízes pela Democracia, que foi uma das entidades signatárias do Manifesto. É interessante notar que a AJD integra a rede

Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas. Esse grupo atua há cerca de seis anos e o direito a voto foi uma das primeiras reivindicações apresentadas por elas. De fato, há uma mobilização mais ampla em torno desse tema, como ficou evidenciado em debates ocorridos na última edição do Fórum Social Mundial. A parte triste, mas reveladora de uma situação injusta, é que, embora essa movimentação pelo direito ao voto tenha ocorrido com muita força entre essa população carcerária feminina, as mulheres não serão beneficiadas da forma devida.

PSI – Por quê?

Kenarik – Não tenho dados fechados, mas pouquíssimos estabelecimentos que têm mulheres terão urnas eletrônicas. No estado de São Paulo, parece que só acontecerá em dois lugares. Deve ser porque elas são muito perigosas (risos). Acho que é falta de políticas públicas para mulheres. É o princípio da desigualdade real. Sempre foi assim na política prisional. Já passou da época de mudar.

PSI – E quanto aos presos condenados. Eles deveriam ter o direito de votar?

Kenarik – Na Europa houve uma demanda de um preso que recorreu à Corte Europeia de Direitos Humanos para assegurar o seu direito de votar. A Corte entendeu que sim, que ele teria direito de votar. No Brasil já houve duas decisões, nos Tribunais de Justiça de São Paulo e do Rio Grande do Sul, no qual foi permitido que os presos com condenação pudessem votar. Essa possibilidade – não de ser votado, mas de poder votar – é um tema que vem despertando algum debate.

PSI – Direitos estão sendo mais respeitados na sociedade brasileira hoje?

Kenarik – Acho que houve avanços importantes a partir da Constituição de 1988, mas algumas mazelas persistem, como é o caso da tortura de presos comuns. O número de processos criminais dessa espécie, aqui no Fórum da Barra Funda, que é o maior da América Latina, é reduzidíssimo. Há um estudo da socióloga Maria Gorete Marques de Jesus que deixa essa situação muito clara. Não que eu quisesse que houvesse muitos processos. Mas que os processos existentes refletissem a realidade, o que, eu acredito, está longe de acontecer. ●



sobre o exercício : ou **irregular** da pi

A inscrição do psicólogo junto ao Conselho Regional de Psicologia é um dos aspectos definidos para a legalidade de seu exercício. Quando isso não ocorre, tal prática poderá caracterizar-se como exercício ilegal ou irregular da profissão. Quando se dá uma ou outra situação? A quem cabe a responsabilidade pela apuração? E quais medidas podem ser tomadas nesses casos? Essas são algumas questões esclarecidas a seguir:

exercício ilegal

O exercício ilegal ocorre nos seguintes casos:

- 1) quando, embora tendo a formação em Psicologia, o psicólogo não tenha inscrição ativa no Conselho Regional de Psicologia:
 - nunca se inscreveu;
 - teve a inscrição cancelada a pedido, por falta de apresentação do diploma ou outros motivos;
 - teve a inscrição suspensa ou cassada por penalidade ética;
- 2) quando o profissional não é psicólogo e realiza/realizou atividades próprias do exercício profissional do psicólogo. Incluem-se neste caso estudantes de Psicologia que exercem atividades de psicólogo sem formalização de contrato de estágio;
- 3) quando o profissional não é psicólogo, mas apresenta-se como tal.

Considerando que o Conselho Regional de Psicologia tenha por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios e ética e disciplina da classe, a apuração do exercício ilegal fica a cargo da justiça.

O que regulamenta a prática ilegal da profissão é o DECRETO-LEI nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais:

Exercício ilegal de profissão ou atividade
Art. 47 - Exercer profissão ou atividade econômica ou anunciar que a exerce sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício:
Pena - prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses ou multa.

“Qualquer pessoa que toma conhecimento do exercício ilegal da profissão de psicólogo poderá proceder com a denúncia”, explica a psicóloga e conselheira do CRP SP, Carmem Taverna. “Quando em alguns casos alguém nos contata querendo fazer uma denúncia contra um profissional e constatamos que o profissional não é inscrito, sugerimos que a própria pessoa proceda com a denúncia numa delegacia de polícia, pois poderá auxiliar no esclarecimento do fato.”

Na cidade de São Paulo denúncias podem ser encaminhadas à 1ª Delegacia de Saúde Pública, do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC) da Polícia Civil, que fica na Avenida São João, nº 1.247, Centro. No interior, qualquer delegacia de polícia pode ser procurada. Criado há cerca de um ano, o DPPC não registrou casos envolvendo exercício ilegal na área da Psicologia, de acordo com a Assessoria de Comunicação da Polícia Civil.

exercício irregular

O exercício irregular da profissão ocorre quando o psicólogo atua em Regional diferente ao de sua inscrição principal sem solicitar inscrição secundária, por mais de 90 dias, acarretando infração disciplinar, sujeito a responder um Processo Disciplinar Ordinário.

Tanto psicólogos quanto prestadoras de serviços (Pessoa Jurídica) em Psicologia devem estar atentos às implicações quando do conhecimento do exercício ilegal de outros profissionais. Aos psicólogos, conforme dispõe o Código de Ética em seu artigo 1º:

Art. 1º – São deveres fundamentais dos psicólogos:
l) Levar ao conhecimento das instâncias competentes o exercício ilegal ou irregular da profissão, transgressões a princípios e diretrizes deste Código ou da legislação profissional.

legal profissão

E, artigo 2º:

Art. 2º - Ao psicólogo é vedado:

e) Ser conivente com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais;

Às prestadoras de serviços (Pessoa Jurídica) inscritas no CRP, há disposto na Resolução CFP nº 003/2007, artigo 42:

Art. 42 - Será considerada infração disciplinar sujeita ao processo disciplinar ordinário:

(...)

II - Para pessoa jurídica:

a) manter pessoa física no exercício profissional em período de suspensão/cassação ou com o registro ou cadastro cancelado;

b) contratar ou acobertar pessoa não habilitada para o exercício da profissão ou sem inscrição profissional;

(...)

É importante que, ao contratar psicólogos, as empresas estejam atentas e certifiquem-se da regularidade cadastral do psicólogo. Tal informação poderá ser obtida diretamente no *site* do CRP SP (www.crp.org.br) ou pela solicitação ao psicólogo de Declaração Profissional de Exercício e Ética expedida pelo Departamento de Atendimento do CRP SP. Para consulta a regulamentação citada, acesse o *site* do CRP SP no item Legislação.

Para Carmem Taverna, respeitar o Código de Ética, bem como os demais aspectos da legislação profissional, sistematizados como referências nas Resoluções do Sistema Conselhos de Psicologia, significa respeito tanto aos colegas, à Psicologia e à sociedade. "Zelar para que isso aconteça é uma responsabilidade que não pode ser minimizada", diz. ●

seminário debate atuação no suas

Evento transmitido on-line apontou desafios para os psicólogos que atuam no campo da Assistência Social.

Os dilemas da atuação interdisciplinar na Proteção Social, a Psicologia necessária nos serviços de Proteção Básica, a atuação do psicólogo na Proteção Especial e os marcos éticos e normativos do SUAS. Esses foram alguns temas abordados no seminário "A atuação dos psicólogos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)", iniciativa conjunta dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Realizado em julho deste ano, o seminário foi transmitido ao vivo pela internet e acompanhado por mais de 8.500 pontos durante a abertura.

O evento contou com a presença, entre outras personalidades, da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes; da presidente da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), Fernanda Magano; da secretária nacional de Assistência Social, Maria Luiza Amaral Rizzotti, e da conselheira do Conselho Federal de Assistência Social (CFESS), Kátia Regina Madeira.

Para a presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Ana Lopes, o evento foi um marco na relação da profissão com as políticas públicas. "A ação no SUAS leva o psicólogo a responder como a sua prática pode contribuir com a dimensão subjetiva do direito que a pessoa cidadã tem. Já a conselheira do CFP Iolete Ribeiro, o seminário foi importante para possibilitar a discussão de conceitos, de referências e dar visibilidade para a rede de psicólogos que atuam nas equipes do SUAS. "A participação ampla de pessoas de diversas regiões do País, trazendo questões importantes, enriqueceu o debate e mostrou a força dessa rede", afirmou.

Um dos palestrantes do seminário, o psicólogo Joari Aparecido Soares de Carvalho, que atua em uma unidade do Creas, em Suzano (SP), destacou o desafio que representa uma atuação interdisciplinar e multiprofissional. "Avançar em questões como a produção e disseminação de referências para a atuação dos psicólogos e debater temas associados à gestão do trabalho nos serviços socioassistenciais, como a implementação da gestão colegiada e da supervisão, são aspectos importantes para um trabalho mais efetivo no âmbito do SUAS."

Alissandra Calderaro Soares da Silva, psicóloga Creas - São José dos Campos e Coordenadora do GT da Assistência Social da Subsele Vale do Paraíba e Litoral Norte, entende que a interdisciplinaridade constitui o grande avanço e o grande desafio do SUAS. "Com a Interdisciplinaridade, avançamos no compartilhamento de conhecimento, reflexões sobre nossas ações e contribuições para o desenvolvimento do acompanhamento familiar", diz. "Essa experiência compreende as nossas especificidades profissionais, as interfaces, interlocuções, interações e articulações entre as áreas do saber, caracterizando o desafio que temos a superar", afirma.

Para a conselheira do CRP SP, Lillian Martins da Silva, o seminário foi rico nas participações e demarcou a presença dos psicólogos na área. "Os convidados apresentaram conhecimento técnico-teórico que possibilitou aos psicólogos, bem como aos gestores e colegas que compõem as equipes dos serviços, uma melhor compreensão de nossa presença na área", avalia. Segundo ela, o evento também reforçou a apropriação de teorias da Psicologia e das políticas implicadas diretamente com o SUAS. "Creio que, para os profissionais ali presentes, em geral novos na carreira e numa política nova em sua organização, o evento foi de fundamental importância para reafirmar o quanto a Psicologia é importante nas equipes multi e interprofissional e na organização de programas e projetos."

acompanhamento de CONCURSOS

Ao longo de um ano, o CRP SP analisou 273 editais de concursos envolvendo o trabalho de psicólogos no estado de São Paulo. A entidade se movimentou para adequar os requisitos e garantir os espaços de atuação dos psicólogos.

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo está acompanhado os editais de concursos que envolvam a atuação de psicólogos em São Paulo. O objetivo é verificar aspectos como: a adequação do conteúdo exigido, se os requisitos garantem o exercício profissional com a necessária qualidade ética e técnica e se os espaços para a atuação do psicólogo estão devidamente contemplados.

De julho de 2009 até julho deste ano, foram avaliados 273 editais. A vigilância em relação aos concursos públicos tem conduzido a um diálogo tanto com as entidades que oferecem os cargos, como com as organizadoras dos concursos, levando a mudanças que valorizam e legitimam o trabalho do psicólogo. As ações do CRP SP vão desde oficiar os órgãos responsáveis pelo concurso, pela elaboração das provas, até medidas judiciais. Recentemente foi enviado um ofício às entidades organizadoras dos concursos colocando o Conselho à disposição para esclarecer dúvidas.

Entre os problemas identificados nesse trabalho, estavam vagas para o cargo de psicólogo com requisito “cursando psicologia” ou “cursando bacharelado”; conteúdo programático sem relação com a descrição das atribuições e bibliografia citando legislação revogada do Conselho Federal de Psicologia.

O CRP SP também identificou concursos que não previam a possibilidade de participação de psicólogos para cargos aos quais eles estariam qualificados. Foi o caso de concursos para psicopedagogos, em cinco prefeituras, nos quais estava prevista somente a formação em Pedagogia. O mesmo se verificou em concursos para a área de Recursos Humanos, prevendo a apenas a formação em Administração.

Indiretamente, o acompanhamento deixou patente o reconhecimento social da profissão. Isso ficou claro, por exemplo, no elevado número de concursos abertos por prefeituras do estado de São Paulo demandando psicólogos: 132 para preenchimento de vagas em áreas como Saúde, Educação, Assistência Social e Recursos Humanos.

“O acompanhamento evidencia uma ampliação da inserção dos psicólogos na sociedade e um reconhecimento mais amplo da profissão na perspectiva do nosso compromisso social”, avalia a conselheira Andréia Garbin. Segundo ela, a iniciativa também reflete a busca de diálogo do CRP SP com a sociedade, fortalecendo os campos profissionais. “Estamos esclarecendo a sociedade sobre as inúmeras possibilidades de trabalho dos psicólogos, divulgando as referências profissionais e ampliando o reconhecimento social da profissão”. ●

Veja a seguir as principais questões levantadas e resultados alcançados:

- Cargo Psicopedagogo que não previa a possibilidade de participação do psicólogo - inclusão do psicólogo nos concursos nas prefeituras de Chavantes, Mogi das Cruzes, Taquarituba, Tambaú e Votuporanga.
- Cargo Analista de Recursos Humanos que não previa a possibilidade de participação do psicólogo - inclusão do psicólogo no concurso para a Câmara de Embu das Artes.
- Cargo Gerente de Recursos Humanos que não previa a possibilidade de participação do psicólogo - inclusão do psicólogo no concurso para a Câmara Municipal de Lorena.
- Cargo Psicólogo ou Analista de Recursos Humanos sem solicitação de inscrição no CRP SP - inclusão da exigência nos concursos para as prefeituras de Cássia dos Coqueiros, Guapiaçu e Tarumã, Carapicuíba, além do CTA Ministério da Defesa.
- Questões referentes ao mercado de trabalho (salário, sucessivos concursos contratando temporários, etc) - encaminhamentos em parceria com SinPsi.
- Avaliação psicológica em concurso sem atendimento aos requisitos da Resolução CFP 001/2002 (avaliação psicológica em concurso público e processos seletivos da mesma natureza) - alterações no concurso para a prefeitura de Cássia dos Coqueiros.

razão e emoção em equilíbrio

Eventos e a inauguração de nova Subsede marcaram as comemorações do Dia do Psicólogo

“Onde o equilíbrio entre razão e emoção for necessário”: esse foi o *slogan* que norteou os vários eventos promovidos pelo CRP SP em comemoração ao Dia do Psicólogo, no dia 27 de agosto. Este ano, todas as ações na Sede e nas Subsedes foram planejadas buscando convidar o interlocutor a refletir sobre o papel cada vez mais amplo da Psicologia e do psicólogo na sociedade.

Em São Paulo, as ações começaram em 17 de agosto, com a realização de uma mesa-redonda que debateu “A prestação de serviços de Psicologia à luz do Código de Defesa do Consumidor”, com a participação de representantes do Conselho e do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), no auditório do CRP SP. No dia seguinte, 18, houve a pré-estreia do documentário Uma História da Psicologia Organizacional e do Trabalho, produzido pelo Projeto Memória da Psicologia em São Paulo.

Em breve, este documentário estará disponível no novo portal do Conselho na Internet. O novo *site* do CRP SP, disponibilizado durante as comemorações do Dia do Psicólogo, está mais interativo e oferece navegação mais amigável e facilidade de acesso a todos os seus conteúdos.

A programação do Dia do Psicólogo também foi marcada por uma exposição e debate sobre Psicologia e Povos Indígenas, tendo como convidados lideranças indígenas, o antropólogo Rinaldo Arruda e o psicólogo Odair Furtado, além do lançamento do livro homônimo (*saiba mais na seção Estante*). Outra ação aconteceu em 23 de agosto, quando foi inaugurada a série Comunicação Popular CRP SP, com a cartilha “A Psicologia e sua interface com os direitos das crianças e dos adolescentes”. Um grande público compareceu à sede do Conselho para conferir a cartilha dedicada aos direitos da criança e do adolescente, que já está disponível para download, em versão pdf, no portal do CRP SP.

Vale lembrar que, durante a semana de 27 de agosto, o TV Minuto apresentou, nos trens do Metrô de São Paulo, uma mensagem alusiva à data.

Outro evento de destaque foi a inauguração, no dia 24 de agosto, da nona Subsede do CRP, em Sorocaba. Com a nova casa, psicólogos residentes em 79 municípios, que eram atendidos em cidades como Campinas e Bauru e até em São Paulo, poderão solicitar os serviços na nova Subsede. Seu endereço em Sorocaba: Av. Armando Sales de Oliveira, 189, Vila Trujillo; tels. (15) 3211-6368, 3211-6370 e 3233-0991. O e-mail é sorocaba@crpsp.org.br.

O Conselho inaugurou também o Centro de Documentação – Cedoc, no dia 17 de setembro, na Subsede Metropolitana (Rua Oscar Freire, 1800/1802). O local abrigará os documentos impressos e outros materiais produzidos pelo CRP SP, contando um pouco da história da Psicologia em São Paulo. ●



Fachada da nova subsede do CRP SP inaugurada em Sorocaba.

cuidar da profissão vence eleição no crp sp

O pleito de 27 de agosto último definiu a vitória da chapa 11, Cuidar da Profissão, ao Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Concorrendo como chapa única, Cuidar da Profissão” recebeu 25.666 votos. Houve, ainda, 2.080 votos brancos e 1.127 votos nulos. Os novos conselheiros, 15 efetivos e 15 suplentes, assumiram em cerimônia realizada no dia 25 de setembro na sede do CRP SP, em São Paulo. Veja como fica a nova plenária do Conselho:

CONSELHEIROS EFETIVOS

Ana Ferri de Barros
Carla Biancha Angelucci
Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini
Fabio Souza Santos
Fernanda Bastos Lavarello
Gabriela Gramkow
Graça Maria de Carvalho Câmara
Janaina Lesião Garcia
Joari Aparecido Soares de Carvalho
Leandro Gabarra
Maria de Fátima Nassif
Maria Orlene Daré Vargas
Mariângela Aoki
Patrícia Unger Raphael Bataglia
Teresa Cristina Lara de Moraes

CONSELHEIROS SUPLENTE

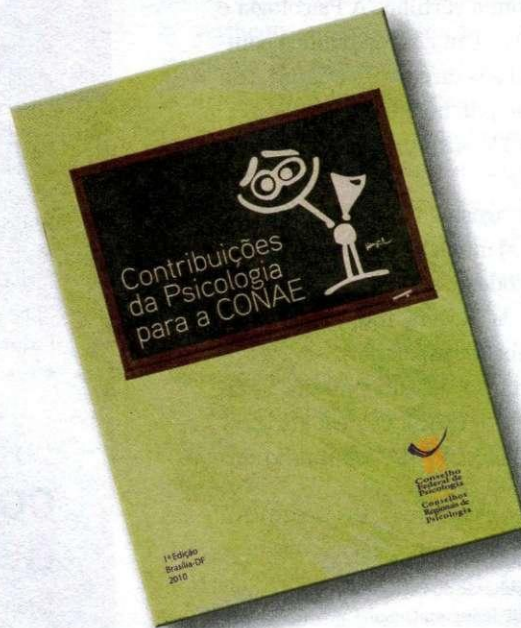
Alacir Villa Valle Cruces
Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo
José Ricardo Portela
Leonardo Lopes da Silva
Lilihan Martins da Silva
Luis Fernando de Oliveira Saraiva
Luiz Eduardo Valiengo Berni
Luiz Tadeu Pessutto
Makilim Nunes Baptista
Marília Capponi
Marly Fernandes dos Santos
Rita de Cássia Oliveira Assunção
Roberta Freitas Lemos
Rosana Cathya Ragazzoni Mangini
Teresa Cristina Endo

eleições no conselho federal de psicologia

Também em 27 de agosto, foi realizada a consulta nacional para a renovação do Conselho Federal de Psicologia. Concorreram a chapa 21, Pra Cuidar da Profissão, e a chapa 22, Fortalecer a Profissão. Em São Paulo, a chapa 21 recebeu 15.660 votos; a chapa 22, 10.204 votos. Houve 1.121 votos brancos e 1.854 votos nulos. Na soma geral, a chapa 21 foi eleita com 34.969 votos, contra 31.981 votos da chapa 22. Foram computados 2.969 votos brancos e 4.450 votos nulos.

conquistam

Psicologia consegue aprovar teses na Conferência Nacional de Educação (Conae) e mostra as contribuições que só ela pode dar.



Os educadores brasileiros realizaram, juntamente com o Poder Público, a I Conferência Nacional de Educação (Conae). O evento reuniu 4.500 educadores (delegados) e 1.500 observadores, e teve como objetivo ser um espaço democrático de construção de acordos entre atores sociais, que, expressando valores e posições diferenciadas sobre os aspectos culturais, políticos e econômicos, apontam renovadas perspectivas para a organização da Educação nacional e para formulação do Plano Nacional de Educação 2011-2020.

O Sistema Conselhos de Psicologia participou como colaborador, mas não pode indicar delegados para a Conae, atuando na condição de observador.

A parceria estabelecida entre sistemas de ensino, órgãos educacionais e o Congresso Nacional não garantiu a possibilidade de participação direta da Psicologia como representação de psicólogos na Conferência Nacional da Educação, realizada em março deste ano. Isso não impediu, contudo, que propostas fossem apresentadas, debatidas e aprovadas ao final da Conferência.

Psicólogos paulistas, representantes do Conselho Regional de Psicologia e do Sindicato de Psicólogos de São Paulo apresentaram propostas para as teses da Conferência tanto na etapa Municipal quanto na Estadual. As propostas aprovadas compuseram o documento que foi debatido na etapa Nacional. Desde as etapas preparatórias do encontro, a presidente do CRP SP, Marilene Proença, e a conselheira Beatriz Belluzzo, estiveram presentes, na condição

do espaço



de professoras do ensino superior público, apresentando teses desenvolvidas ao longo de 2008/2009 no Ano da Educação no Sistema Conselho de Psicologia. O fato de haver dedicado um ano ao debate de questões relacionadas à Educação é, por sinal, um indicador mais do que significativo do quanto a Psicologia se vê também como integrante da Educação.

Também foi possível contribuir com os eixos de discussão da Conferência, articulando-os com as discussões produzidas no Ano Temático da Educação do Sistema Conselhos de Psicologia e produzindo o documento "Contribuições da Psicologia para a Conae". Uma vez que a Conae tinha seis eixos de discussão definidos, foi preciso identificar em quais deles as propostas dos psicólogos se adequariam. Os eixos eram:

- 1) Papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade;
- 2) Qualidade da educação, gestão democrática e participação;
- 3) Democratização do acesso, permanência e sucesso escolar;
- 4) Formação e valorização dos profissionais da educação;
- 5) Financiamento da educação e controle social e
- 6) Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade.

As propostas apresentadas pelos psicólogos já na etapa municipal da Conae se referiam aos eixos 3, 4 e 6.

"No eixo 3, defendemos que o sucesso escolar deve ser buscado por meio de ações integradas, envolvendo a contribuição de vários campos, incluindo a Psicologia, na elaboração e execução de programas e projetos educacionais", diz Beatriz Belluzzo. Nesse sentido, foi proposta uma articulação com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para garantir educação de qualidade a crianças e adolescentes que cumprem medidas sócioeducativas. No eixo 4, foi apontada a necessidade de formação continuada para professores que atuam no sistema prisional e com adolescentes em privação de liberdade. No eixo 6, foram abordados os cuidados com crianças e jovens com transtornos psíquicos.

Mesmo com todas as restrições, os psicólogos puderam contabilizar vitórias significativas ao final da Conae. Entre elas a aprovação da tese 119 (eixo 3), que estabelecia: "a efetivação do sucesso escolar depende necessariamente da superação de uma visão que atribui exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade por seu desempenho escolar. A garantia do sucesso escolar dar-se-á por meio de ações integradas que impliquem na compreensão do fenômeno educativo na sua dimensão pedagógica, institucional, relacional, cultural e social".

Ainda que importantes, essas propostas seriam insuficientes para dar uma ideia, aos participantes do Conae, das contribuições da Psicologia à Educação. Assim, o Conselho Federal de Psicologia montou um estande no evento, no qual foi distribuída uma publicação, contendo as proposições aprovadas no Seminário Nacional do Ano da Educação. No estande, foram colhidas assinaturas a

dois abaixo-assinados: um em defesa da PL 60/2007, que propõe a inclusão de serviços de Psicologia e Assistência Social nas escolas públicas de educação básica, e outro, contra o PL 3512/2008, que propõe a regulamentação da atividade de Psicopedagogia, profissão que se sobrepõe à prática da Psicologia nos contextos educacionais.

"Um dos pontos a considerar durante a participação na Conae foi que a Psicologia necessita ainda explicitar, entre os educadores, quais suas contribuições como ciência e profissão para uma escola democrática e de qualidade para todos", avalia Marilene Proença. "A visão que ainda se tem do psicólogo na Educação encontra-se centrada em um trabalho de tratamento e diagnóstico de problemas de aprendizagem e hoje superamos essa forma de trabalho no meio educacional na direção de ações na formação de professores, frente ao projeto político-pedagógico, na articulação com as redes de proteção à infância. Esse é um grande desafio que temos que enfrentar a partir do Ano Temático da Educação: como articular com as entidades da Educação as questões que a Psicologia vem construindo nesta área", afirma.

O documento final das discussões, encaminhado ao Ministério da Educação para as devidas providências, pode ser conferido no site <http://conae.mec.gov.br>.

com propostas, mas sem apoio

Mais de 1.200 propostas foram apresentadas na IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersectorial, visando aprofundar e aprimorar o modelo de atenção antimanicomial. Em São Paulo, contudo, a etapa preparatória foi prejudicada pela falta de apoio do governo estadual.

A IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersectorial (IV CNSM – I), realizada em Brasília, entre 27 de junho e 1º de julho, aprovou propostas que reforçam o modelo de serviço aberto e humanizado para o atendimento de pessoas com transtornos mentais, entre elas a ampliação da rede psicossocial. Os tópicos aprovados no evento, de um total de 1.235 sugestões, devem constar do relatório conclusivo do evento e orientar as ações da Política Nacional de Saúde Mental.

A realização da IV Conferência – a primeira a ter caráter intersectorial – foi resultado de uma grande mobilização da sociedade civil envolvida com a luta antimanicomial. O ponto alto dessa mobilização se deu em setembro de 2009 com a realização da Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, em Brasília, apoiada pelo Sistema Conselhos. A última Conferência tinha sido há nove anos, em 2001. De lá para cá, o modelo antimanicomial, caracterizado, entre outros aspectos, pelo fechamento de leitos em hospitais psiquiátricos e pela criação de uma rede de atenção formada pelos CAPS, se expandiu. Em anos recentes, contudo, surgiram focos de resistência a esse modelo, em particular por parte de setores interessados em explorar economicamente os serviços associados à Saúde Mental.

A falta de apoio pelo Governo do Estado de São Paulo à realização da etapa regional da IV Conferência pode ser associada a esse contexto. Como em qualquer conferência destinada a debater políticas públicas para o País, cabe aos governos estaduais a responsabilidade de convocar e dar suporte à

etapa preparatória, nas quais são debatidas propostas e eleitos delegados para a Conferência Nacional. Lamentavelmente, o maior estado da federação, por meio de sua Secretaria de Saúde, não convocou a Conferência Estadual de Saúde Mental, contrariando a deliberação do Pleno do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo. Em parceria com diversas entidades, entre elas o CRP SP, a plenária do Conselho Estadual de Saúde assumiu a responsabilidade pela etapa paulista da Conferência, realizada em 22 de maio de 2010, em São Bernardo do Campo.

A ampliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) foi um dos pontos de destaque da IV Conferência. Os CAPS visam oferecer um atendimento comunitário a pessoas com transtornos, estimulando o convívio familiar e a socialização do paciente, em contraposição a um modelo manicomial, marcado pelo isolamento dessas pessoas em hospitais psiquiátricos. Atualmente existem 1.541 unidades em todo o país. A proposta é de que a cobertura seja ampliada, em especial no que se refere à quantidade dos CAPS III, que funcionam 24 horas e podem acolher usuários em crise.

Mais informações sobre a etapa estadual da conferência podem ser obtidas no endereço: <http://www.crpssp.org.br/portal/midia/fiquedeolho.aspx>

Confira também, no *link* abaixo, a publicação “Por uma IV Conferência Antimanicomial: Contribuições dos Usuários” que traz as pautas encaminhadas pelos usuários durante a Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial: http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/cartilhas/cartilhas_100412_001.html ●

Encontro de psicólogos negros vai debater relações inter-raciais e subjetividade no Brasil.

em busca da igualdade

Como a sociedade tem enfrentado a questão do racismo? Como se dá o posicionamento do psicólogo(a) negro(a) dentro da categoria? Essas são algumas das questões que o I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Inter-raciais e Subjetividade no Brasil (I PSINEP), pretende responder. O evento será realizado entre 13 e 15 de outubro no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. No dia 30 de julho, na sede do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, um evento preparatório serviu para debater propostas a serem aprofundadas no evento nacional e foi veiculado pela Web TV do CRP SP.

Para a psicóloga Maria Lúcia da Silva, diretora-presidente do Instituto AMMA – Psique e Negritude e uma das organizadoras do evento, existem diversos desafios a serem enfrentados. Um deles é a ampliação das linhas de pesquisa e os estudos de pós-graduação na academia sobre Psicologia e a questão racial. “O racismo é um elemento que compõe a construção da subjetividade”, diz. “A ideologia racista se manifesta por meio de representações sociais nas quais os negros são associados a imagens negativas, tais como ‘feio’, ‘inferior’, ‘in-

competente’. Acreditamos que a Educação tem um papel na transformação desses valores e comportamentos sociais historicamente arraigados.” Outro desafio, segundo Maria Lúcia, está no campo profissional. “Por suas características étnico-raciais, os psicólogos negros enfrentam barreiras em seu processo de afirmação social”, diz. “É preciso reconhecer esse fato e formular políticas específicas capazes de mudar essa situação”.

“Da mesma forma que existe homofobia, é preciso reconhecer que o racismo está presente na sociedade brasileira”, diz a psicóloga Isildinha Baptista Nogueira, uma das palestrantes convidadas para o debate preparatório do I PSINEP. É, segundo ela, um fato que nem sempre se manifesta de forma explícita ou agressiva. “Mas o fato de ser tácito e camuflado acaba sendo pior”. Isildinha acredita que o enfrentamento das iniquidades raciais requer também uma leitura psicossocial dos determinantes das desigualdades. “A sensibilização dos(as) psicólogos(as) brasileiros(as) pode resultar em avanços significativos na implantação de políticas públicas de promoção da igualdade racial”, afirma. ●

OS EIXOS DO I PSINEP

EIXO 1

Relações históricas da Psicologia com o racismo: a produção de conhecimento, a prática e a formação.

EIXO 2

Racismo e sofrimento psíquico: desafios para a Psicologia e os(as) psicólogos(as).

EIXO 3

A configuração do mundo profissional e social para o(a) psicólogo(a) negro(a) no Brasil.

Para mais informações, visite o *site*: <http://psinep.pol.org.br>

psicologia e meio ambiente

Fórum realizado em São José do Rio Preto coloca em debate novas abordagens envolvendo Psicologia, sustentabilidade e meio ambiente.

Com mais de 120 participantes, foi realizado de 28 a 30 de maio o I Fórum de Gestalt, Psicologia Ambiental e Sustentabilidade de São José do Rio Preto. O evento foi uma iniciativa do Núcleo de Gestalt-terapia do município e contou com o apoio do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e da Subseção de São José do Rio Preto. O evento propiciou a apresentação de visões sobre a interação entre homem e meio ambiente e de como a Psicologia pode contribuir para uma tomada de consciência sobre os problemas que o tema levanta.

O encontro foi composto por seis mesas redondas – abordando tópicos como a clínica das vulnerabilidades; a educação ecológica e as alternativas de sustentabilidade – e contou também com o Plenário Awareness, um conjunto de apresentações sobre experiências na área da Psicologia Ambiental. “O Fórum atraiu participantes de diversos estados, o que mostra o grau de preocupação que o tema desperta”, diz o psicólogo e coordenador do evento, Marcus

Vinícius Gabriel. Segundo ele, a presença de engenheiros, biólogos e profissionais de outras especialidades ajudou a enfatizar o caráter multidisciplinar buscado pelo evento. Marcus destacou, ainda, o relevo alcançado pela Gestalt-terapia, pelas contribuições que pode dar a um processo de conscientização envolvendo os seres humanos e o meio ambiente.

Para o psicólogo e palestrante Marco Aurélio Bilibio, o fórum foi uma iniciativa inédita dentro da Gestalt-terapia no Brasil. “O evento foi de grande importância para afinar a prática terapêutica com a era das mudanças climáticas, e para abrir o diálogo entre o universo da psicoterapia e outras áreas associadas ao tema sustentabilidade”, avaliou. Segundo Bilibio, as psicoterapias, em geral, estão sendo convocadas a rever criticamente nosso comportamento em relação ao mundo natural. “Não podemos nos omitir frente à visão corrente de que a questão ambiental é essencialmente um problema político e econômico. Não podemos continuar considerando normais

comportamentos disfuncionais, do ponto de vista do equilíbrio dos ecossistemas, por mais valorizados que esses comportamentos sejam do ponto de vista econômico” (veja entrevista na página ao lado).

A psicóloga e conselheira do CRP SP, Lumena Teixeira, que participou do evento abordando o tema Psicologia e Povos Indígenas, acredita que a Psicologia Ambiental possa dar uma contribuição importante para a sociedade, na medida em que discute a falência do atual modelo civilizatório na preservação da vida no e do planeta, oferecendo perspectivas de reeducação da população em prol de ações sustentáveis e de longo termo. “As experiências de economia solidária apresentadas neste I Fórum foram exemplos de ações alinhadas a esse novo paradigma, que contribuem para o processo de conscientização socioambiental, associando a ideia de sustentabilidade inclusive às relações humanas, que podem e devem ser mais justas e pautadas numa visão sistêmica”, afirma. ●

a visão da ecopsicologia

Psicólogo e doutorando em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília, Marco Aurélio Bilíbio fala sobre as origens e as propostas da Ecopsicologia.

PSI – Como surgiu a Ecopsicologia?

Marco Aurélio Bilíbio – A Ecopsicologia tem sua origem em obras não diretamente associadas à Psicologia, como, por exemplo, *Nature and Madness*, do filósofo ambiental Paul Sheppard, que levantava a possibilidade de uma ruptura no desenvolvimento ontogenético da nossa espécie como forma de entender a compulsiva destruição dos habitats naturais. De forma consistente, ela se apresenta como movimento a partir de *The Voice of the Earth: an exploration of Ecopsychology*, do historiador e crítico social Theodore Roszak. Não nasceu, portanto, como um ramo da Psicologia e, sim, como uma abordagem transdisciplinar sobre as relações entre o ser humano e a natureza. Porém, no cerne do movimento, há uma leitura psicológica da crise ambiental. Ela recebe aportes da Psicologia Ambiental (essa, sim, um ramo da Psicologia) e das demais ciências ambientais, mas também integra a poética e as visões tradicionais como forma de capturar as dimensões essenciais de nossas relações com o mundo natural. A Ecopsicologia também se mostrou aberta a contribuições das diversas escolas clínicas da Psicologia, como a Gestalt-terapia. Recentemente ganhou sua primeira revista científica, com forte viés psicológico, e já há oferta de pós-graduação em nível de mestrado em Ecopsicologia num instituto de Psicologia de uma universidade norte-americana. Ou seja: apesar de sua origem transdisciplinar, é possível que a Ecopsicologia venha a se incorporar à Psicologia.

PSI – Qual o objeto da Ecopsicologia?

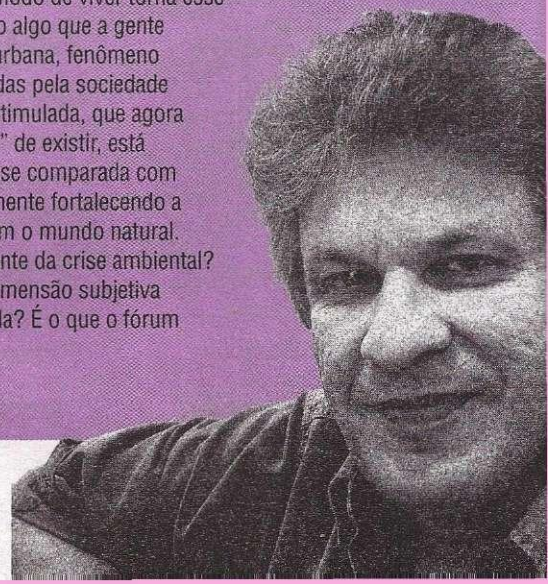
Marco Aurélio Bilíbio – A Ecopsicologia trabalha as relações do ser humano com o planeta e com os ecossistemas dos quais faz parte. A ideia é que, na raiz da nossa psique existe uma conexão básica com a natureza. A repressão dessa conexão na sociedade industrial nos fez perder o senso de pertencimento à natureza. Essa dissociação é parte fundamental da crise ambiental que o mundo vive. Para a Ecopsicologia, a solução dessa crise passa não apenas pela criação de tecnologias limpas como também pela cura dessa dissociação. O conceito de “inconsciente ecológico” remete à sabedoria ancestral de povos que reconheciam o ser humano como parte de um sistema maior. Tomar consciência desse fato pode abrir espaço para estados de integração e sanidade, assim como pode ser a base ética em nossas relações com o Planeta.

PSI – Há perspectivas de mudança nessa direção na sociedade atual?

Marco Aurélio Bilíbio – Há uma crescente sensibilidade para o tema. Ela vem do reconhecimento de nossos sentimentos em relação a nosso futuro e em relação à rápida destruição do mundo natural. Nós, seres humanos, somos natureza e guardamos esse senso de conexão muito profundamente em nós. A questão é que a hiperurbanização do nosso modo de viver torna esse senso cada vez mais débil, gerando algo que a gente poderia definir como uma psique urbana, fenômeno que coroa as transformações trazidas pela sociedade industrial. A psique urbana hiperestimulada, que agora está aprendendo um “modo digital” de existir, está desenvolvendo novas habilidades, se comparada com épocas anteriores, mas está igualmente fortalecendo a atrofia desse senso de conexão com o mundo natural. Não é essa uma dimensão importante da crise ambiental? Em outras palavras, não há uma dimensão subjetiva na manutenção e até na origem dela? É o que o fórum procurou investigar.



1) Apresentação de mesa-redonda. 2) Vivência sobre arteterapia no meio ambiente, de Selma Ciornai. 3) Vivência de Selma Ciornai, Patricia Lima (Ticha) e Marco Aurélio Bilíbio.



quando o tra

Pressão e competição no ambiente de trabalho elevam casos de transtorno mental e aumentam o número de afastamentos.

mais pessoas estão se afastando de suas atividades profissionais devido a transtornos mentais e comportamentais.

O número de casos saltou de 612, em 2006, para 13.478, em 2009, de acordo com o Ministério da Previdência Social. Em parte, o aumento é atribuído a uma mudança na metodologia de notificação. A partir de 2007, deixou de ser necessária a comprovação de que a doença foi causada pelo trabalho. Ainda assim, existe a percepção por parte dos profissionais que atuam na área da saúde de que as jornadas excessivas, os ambientes competitivos e hostis e a pressão por resultados estão levando a um aumento no número de transtornos.

Os números registrados no levantamento da Previdência, contudo, dão apenas um leve indício do que ocorre na realidade. “Contabilizar doenças é muito difícil e, no caso de transtornos psíquicos, essa dificuldade é ainda maior”, afirma Maria Maeno, pesquisadora e coordenadora do grupo temático Organização do Trabalho e Adoecimento da Fundacentro. Segundo ela, muitas pessoas sequer buscam ajuda e simplesmente convivem com o sofrimento,

o que dificulta avaliar até que ponto o problema se estende. No caso do levantamento da Previdência, ela observa que se está diante de um universo restrito, a saber, o de segurados que tiveram de ser afastadas do trabalho por mais de 15 dias e que ainda passaram pelo crivo de um perito. “A quantidade de pessoas sofrendo de transtornos relacionados ao trabalho é certamente muito maior”, afirma. “O que não se sabe, é quanto maior ela é.”

Essa percepção é compartilhada também pelos profissionais que atuam diretamente na área. Nancy Yasuda, psicóloga que atua no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), de São Bernardo do Campo, diz que o número de casos encaminhados para avaliação tem crescido ao longo dos últimos anos. Por um lado, ela atribui o fato a uma preocupação maior – ainda que restrita – entre os profissionais da Saúde em identificar problemas relacionados ao trabalho. Por outro lado, aponta o fato de que a própria população passou a ficar mais atenta a esses transtornos, graças ao tratamento do tema pela mídia. “Questões como a do assédio moral, que foram assumidas por alguns sindicatos de trabalhadores, por exemplo, têm sido cada vez mais discutidas. Ao mesmo tempo, tem havido um empenho dos Cerests de levar essa visão à rede pública de Saúde, mostrando o trabalho como um elemento que pode estar na base de adoecimentos”, diz.

CASOS CONCRETOS – A psicóloga Eliana Aparecida da Silva Pintor, que trabalha no Cerest de Diadema, tem um contato diário com casos envolvendo transtornos mentais associados ao trabalho. “O trabalhador chega até nós porque ele não tem condições emocionais de realizar o seu trabalho”, diz. “Ele pode ser vítima de problemas diretamente ligados ao trabalho, como um

Eliana Pintor, do Cerest de Diadema: contato diário com casos envolvendo transtorno mentais associados ao trabalho.



Trabalho adoecce

motorista que foi assaltado; um vendedor submetido à uma pressão desmedida para alcançar metas ou um trabalhador que é alvo de assédio moral. Pode, ainda, sofrer consequências de fatos ligados ao trabalho: uma pessoa que sofreu uma amputação ou lesões por esforço repetitivo pode enfrentar um quadro de depressão por não conseguir mais fazer aquilo que fazia.”

Nancy acredita, contudo, que esse volume de casos ainda está longe de refletir o que acontece. “O trabalho tem uma centralidade muito grande na vida das pessoas”, diz Eliana. “Às vezes, ela passa por uma consulta numa Unidade Básica de Saúde e o médico não pergunta sobre o seu trabalho, não relaciona o que ela faz com o problema de saúde que ela está apresentando, e que pode ter uma ligação muito forte”. À medida que essa preocupação se disseminar pela rede de Saúde será possível dar um atendimento melhor à população.

CAUSAS E SOLUÇÕES – As causas desse processo podem ser identificadas em diferentes níveis. “A reestruturação produtiva que atingiu o mundo inteiro pode ser apontada como uma das principais causas do aumento de casos de sofrimento mental”, afirma Maria Maeno. Segundo ela, há uma busca acentuada pela redução de custos, muitas vezes envolvendo a redução de pessoal, o que resulta em ambientes estressantes. “O fato é que se exige uma produtividade muito elevada, definida unilateralmente pelas empresas, e cujos resultados são alcançados à custa da saúde dos trabalhadores.”

“O processo de informatização intensificou a produção e passou a gerar mais pressão no trabalho”, avalia o diretor de Saúde Ocupacional da Secretaria de Previdência Social, Remigio Todeschini. Segundo ele, isso aumenta as chances de surgimento de casos de estresse e depressão. Paralelamente, ele

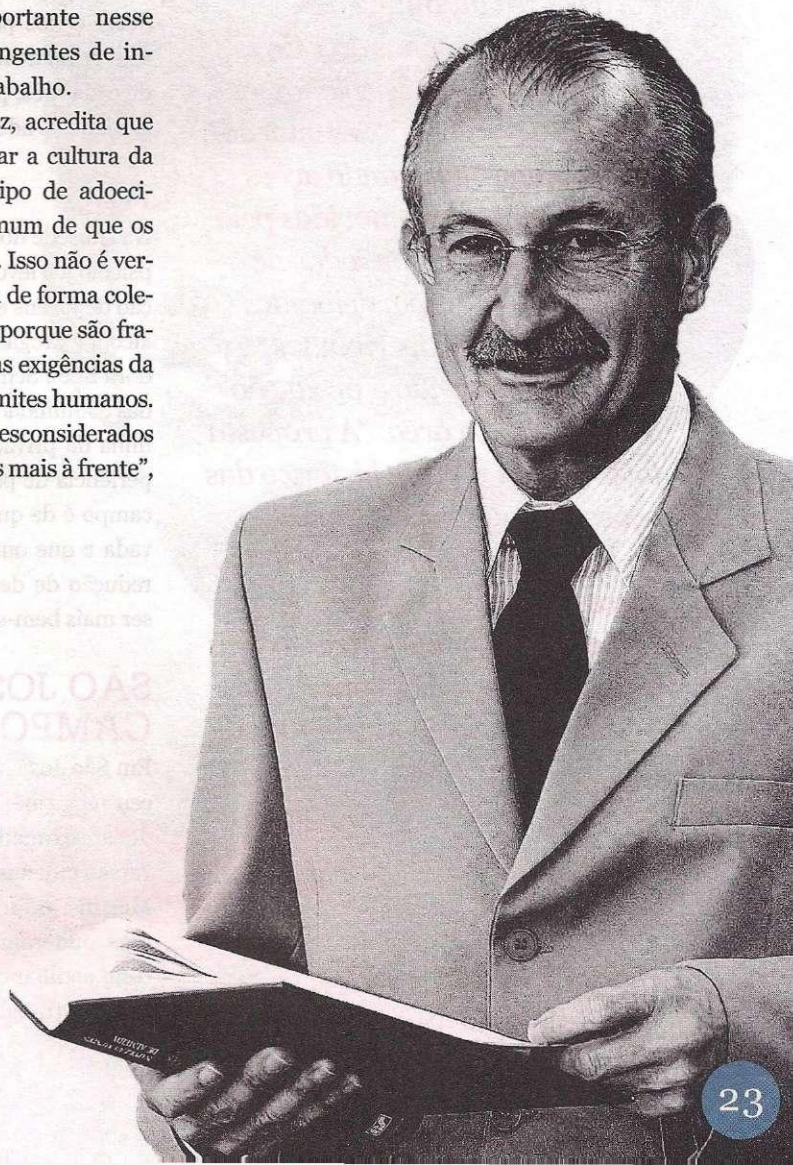
aponta as formas como o trabalho está organizado. “O trabalho monótono, repetitivo, que desprioriza e aliena, contribui para o surgimento de distúrbios”, diz.

O que é possível fazer diante desse quadro? Remigio Todeschini acredita que problemas dessa natureza são mais difíceis de controlar do que outros, originados por causas físicas, químicas ou biológicas. Segundo ele, a melhor forma de diminuir as fontes geradoras de mal-estar no trabalho é a ampliação do diálogo social nos locais de trabalho, o que envolve a atuação de sindicatos, governos e das próprias empresas. Remigio acredita que a Psicologia poderia dar uma contribuição importante nesse campo, com propostas abrangentes de intervenção no ambiente de trabalho.

Maria Maeno, por sua vez, acredita que um passo importante é mudar a cultura da sociedade ao abordar esse tipo de adoecimento. “Existe um senso comum de que os adoecimentos são individuais. Isso não é verdade. As populações adoecem de forma coletiva. As pessoas não adoecem porque são fracas, porque não aguentaram as exigências da empresa. É porque existem limites humanos. Esses limites não podem ser desconsiderados sem que haja desdobramentos mais à frente”,

diz. “Olhar para essa questão de forma individual tende a levar a ‘soluções’ como o uso de medicamentos, cuja finalidade é, ao fim e ao cabo, permitir que a pessoa tenha condições de atender as exigências de desempenho no seu trabalho, ainda que por tempo limitado”, diz a pesquisadora. Segundo ela, encarar a questão do adoecimento como um problema coletivo é um primeiro passo para que se possam propor ações de apoio que não sejam meros paliativos. ●

Remigio Todeschini, da Previdência Social: processo de informatização intensificou a produção e gerou mais pressão no trabalho



eventos marcam

*Para celebrar os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, o CRP SP organizou, no dia 28 de julho, um conjunto de eventos simultâneos na Sede e nas Subesedes, com o título **Psicologia e Políticas Públicas para a Área da Infância e Juventude – 20 anos do ECA**. Direcionados aos psicólogos, os eventos tiveram a apresentação de um vídeo, mostrando ações de mobilização promovidas pelo CRP SP, seguida por rodas de conversa com os participantes. Também foram distribuídos materiais contendo a produção do conselho na área. “A proposta foi fazer um resgate histórico das ações realizadas pelo Conselho no Estado de São Paulo ao longo desses 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente”, relata a conselheira Lúcia Fonseca de Toledo. A iniciativa, segundo ela, também serviu como um legado que passa, agora, para a nova gestão que se inicia.*

BAIXADA SANTISTA E VALE DO RIBEIRA

Na Baixada Santista e Vale do Ribeira, as apresentações contaram com a participação de aproximadamente 20 pessoas. “Os debates foram muito interessantes, com uma avaliação das mudanças ocorridas desde a criação do ECA no Brasil e aqui na região”, diz Lucilene Martorelli Ortiz Medeiros. Um dos resultados positivos, segundo ela, foi a decisão dos participantes de se encontrarem regularmente, na terceira quarta-feira de cada mês, para debater questões ligadas à criança e adolescente.

ABC

Na subsele do ABC a roda de conversa com psicólogos levou a um debate sobre a situação de jovens envolvidos com o consumo de álcool e drogas. De acordo com a coordenadora Sueli Schiavo, questionou-se a eficácia das comunidades terapêuticas que atuam na linha da privação do uso de drogas. “A experiência de participantes que atuam nesse campo é de que a reincidência é muito elevada e que outras abordagens, na linha da redução de danos, por exemplo, poderiam ser mais bem-sucedidas”, relatou.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Em São José dos Campos, o debate aconteceu na Câmara Municipal com a presença de aproximadamente 40 pessoas de diversas cidades da região. Segundo Lilihan Martins, o formato surpreendeu. “As pessoas puderam falar de suas experiências, compartilhar dificuldades e avaliar práticas em seus trabalhos”, disse.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Em São José do Rio Preto, o diálogo resultou na formação de dois grupos para a troca de ideias. Um reunindo psicólogos que trabalham com adolescentes em regime de liberdade assistida e outro voltado para a atenção básica à infância e adolescência. “Houve um debate interessante envolvendo o ECA e as políticas públicas”, avaliou Vera Janjullo. Segundo ela, a percepção é de que o Estatuto, com sua inegável importância, ainda precisa chegar efetivamente à prática cotidiana.

ASSIS

Perto de 30 psicólogos e estudantes de Psicologia estiveram presentes no encontro promovido na Subsele de Assis. Os participantes puderam debater alguns temas importantes na região, como evasão escolar, drogadição e negligenciamento. De acordo com Marília Petrechi, o encontro permitiu avaliar formas de atuação que, no espírito do ECA, superem uma visão assistencialista e que fortaleçam a formação de redes com todos os atores envolvidos com a questão.

CAMPINAS

Em Campinas, os debates também despertaram grande interesse dos perto de 40 participantes. Violência sexual, patologização da infância e o Plano Municipal de Convivência e Família Comunitária foram três temas abordados durante o evento, de acordo com o psicólogo Gustavo de Lima Sales.

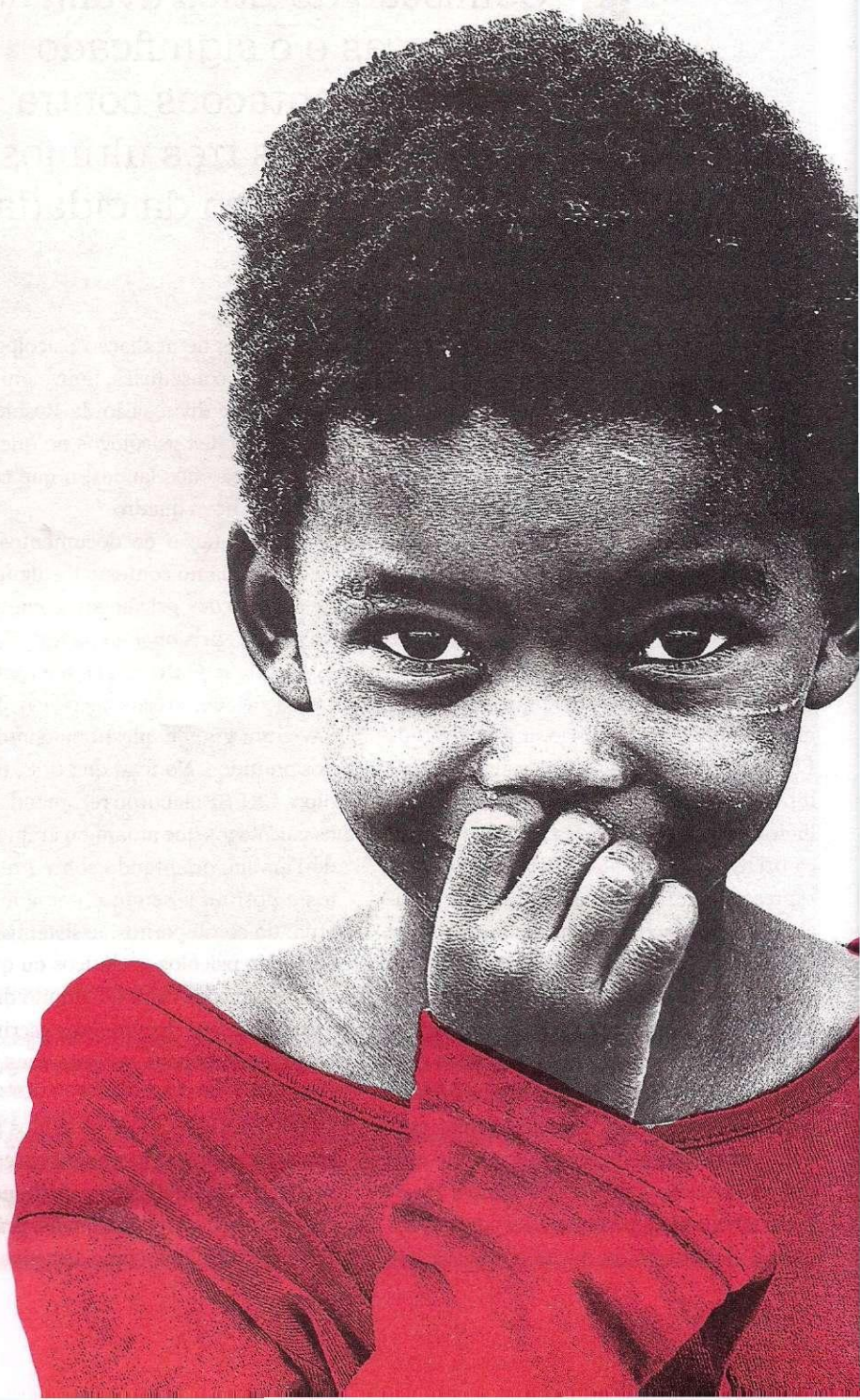
20 anos de eca

BAURU

A subseção de Bauru optou por realizar o evento em Avaré. “Recentemente promovemos outro debate sobre criança e adolescente em Bauru e entendemos que essa era uma oportunidade de levar o tema para outra cidade”, explica a psicóloga Maria Orlene Daré. Além da troca de experiências entre os cerca de 30 participantes, o encontro foi marcado pelas apresentações de dois participantes convidados: Ana Karina Barbosa, que falou sobre a infância na sociedade contemporânea, e Maurício Ribeiro de Almeida, que abordou os entraves para a aplicação do ECA e os desafios que precisam ser superados.

RIBEIRÃO PRETO

Em Ribeirão Preto, o evento, coordenado por Leandro Gabarra, contou com a presença de 21 psicólogos de diversas áreas de atuação e efetivou a proposta da formação de uma comissão regional, para dialogar sobre a temática criança e adolescente. A comissão terá como principal objetivo auxiliar os psicólogos que atuam na área a enfrentarem os desafios cotidianos. Para tanto, inicialmente será feito um levantamento da demanda regional. Temas bastante debatidos na roda de conversa do dia 28 de julho foram: a atuação do psicólogo na defensoria pública, que devido à recente implantação tem gerado dúvidas e ansiedades, e a divergência dos pareceres dos profissionais que atuam no fórum e nas instituições de acolhimento. ●



o que mudou nas representações

Comissão de Ética avalia as mudanças e o significado das representações contra psicólogos nos três últimos anos e vê avanço da cidadania.

as ações de esclarecimento e orientação desenvolvidas pelo CRP SP ao longo dos últimos três anos contribuíram para reduzir o número de representações contra psicólogos levadas a julgamento pela Comissão de Ética. O ponto de maior destaque foi a redução dos casos envolvendo laudos psicológicos. A constatação foi possível após um levantamento das representações levadas ao Conselho entre o final de 2007 e o final de 2009.

“O procedimento prevê que, depois da manifestação do psicólogo, a Comissão de Ética deve avaliar se há possibilidade de infração ética na situação”, diz a conselheira Patrícia Garcia, da Comissão de Ética (COE). “Há três anos, perto de 75% das representações chegavam a essa fase. Atualmente, isso acontece em apenas metade dos casos.” Vale acrescentar que, mesmo que a representação se torne um processo e chegue a julgamento, este ainda pode ser arquivado, após avaliação do mérito.

Patrícia explica que os critérios de avaliação não mudaram, ou seja, o rigor permaneceu o mesmo. “Acreditamos que essa redução se deve a iniciativas como a Resolução 07/2003, que estabeleceu parâmetros para a elaboração de documentos escritos

decorrentes de avaliação psicológica”, diz. Segundo a conselheira, houve um contínuo trabalho de divulgação da Resolução e de orientação dos psicólogos no que se refere à elaboração dos laudos, o que contribuiu para esse novo quadro.

A elaboração de documentos também foi abordada no contexto de algumas áreas de atuação dos psicólogos, como foi o caso do sistema prisional ou na área da infância e juventude. Outro aspecto importante foram ações em áreas específicas, nas quais havia um grande questionamento nos laudos emitidos. No final de 2008, por exemplo, o CRP SP elaborou recomendações para os psicólogos que atuam no âmbito da Vara de Família, orientando sobre procedimentos e postura a serem observados quando atuando como peritos, assistentes técnicos e mesmo psicólogos clínicos ou que atuam em instituições (fora do âmbito da Justiça) e que têm seus documentos escritos incorporados como peça em processos judiciais.

CIDADANIA – Afora os laudos psicológicos, outros tópicos motivam representações junto ao Comitê de Ética: sigilo na atuação em equipes multiprofissionais; práticas não reconhecidas, tais como terapias de vidas

passadas; falta de devolutiva em atendimentos via convênio; fraudes envolvendo seleção de candidatos a empregos ou práticas impróprias em instituições fechadas.

“Mesmo em menor número, eles também são importantes por indicar áreas nas quais problemas estejam surgindo ou se agravando”, diz Patrícia. “Isso dá ao Conselho a oportunidade de desenvolver ações de caráter mais amplo, seja orientando o psicólogo, seja alertando as instituições nas quais eles prestam serviços.”

Um tópico novo, que deverá requerer a atenção da nova gestão do CRP SP, segundo Patrícia, é a questão da intervenção dos psicólogos nos meios de comunicação. “A mídia tem um poder inegável e os psicólogos têm sido chamados com frequência para abordar situações as mais diversas. Essa intervenção, contudo, precisa ser feita com muito cuidado. Diversas representações chegaram até nós mais recentemente, o que é motivo de preocupação. A entrevista com a conselheira do CFP, Roseli Goffman, na edição passada do Jornal PSI, ofereceu uma orientação muito precisa a respeito desse assunto”.

Patrícia vê, por fim, um aspecto positivo nas representações levadas ao Conselho. “Ainda que de forma indireta, e certamente não no contexto que gostaríamos, as representações são um indicador da importância do papel do psicólogo”, diz. “Mais importante do que isso: ao recorrer ao Conselho, a população está se colocando como sujeito de direitos, demandando um serviço de qualidade. Mesmo quando a queixa não procede, essa procura revela um avanço na percepção da cidadania, que é um dos objetivos maiores da nossa atuação como psicólogos.” ●

→ processos éticos

documentos decorrentes de avaliação psicológica

B. apresenta queixa de relatório elaborado pelo psicólogo, argumentando que ele apresentou conclusão carente de dados.

Trata-se de processo de destituição do poder familiar, com suspeita de abuso de B. em face de seu filho, que culminou em decisão judicial de suspensão das visitas.

O psicólogo afirma que agiu com correção no seu ofício, que a criança apresentou manifestações de vivências traumáticas, expressou vontade de não manter contato com o genitor e encontra-se em tratamento psicológico.

Verificou-se que o relatório psicológico produzido continha os itens indicados pela Resolução CFP 07/03, pontos esses fundamentais para um documento escrito decorrente de uma avaliação psicológica. Ou seja, apresenta a identificação (autor, solicitante e finalidade/motivo do pedido), a descrição da demanda (problemática), procedimentos utilizados (número de encontros, pessoas ouvidas, entrevistas, testes com parecer favorável do CFP, hora lúdica), análise (histórico familiar, considerações psicológicas dos dados colhidos, análise a luz do referencial teórico adotado) e sua conclusão. Encerra o documento com indicação do local, data de emissão, assinatura do psicólogo e número de inscrição no CRP SP.

No que se refere à análise, buscou referência nos indícios colhidos nas entrevistas, testes e histórico contido no processo. Traz o contexto para auxiliar sua análise e conclusão.

O psicólogo também demonstrou ter buscado suporte em referenciais teóricos para embasar sua conclusão, fundamentando suas argumentações. Faz associações, relacionando suas observações com o que descreve literatura especializada. As referências sobre os envolvidos aparecem de modo não tendencioso, fazendo uma análise dinâmica e não parcial dos aspectos observados, apresentando os indícios de onde tirou suas hipóteses e conclusão.

Dessa forma, entendeu-se que a psicóloga realizou seu trabalho de forma condizente com os direcionamentos éticos/técnicos da profissão. Importante acrescentar que o trabalho realizado esteve pautado pela busca do bem-estar da criança atendida.

O psicólogo, no seu exercício profissional, comumente é solicitado a apresentar informações documentais.

A **Resolução CFP 07/03** constitui uma importante referência para subsidiar o psicólogo na produção qualificada de documentos escritos. A Resolução institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, e aborda questões como:

- **princípios éticos:** observância do Código de Ética, com ênfase para o dever de cuidado com a pessoa atendida, o sigilo, as relações com a Justiça e o alcance das informações;
- **princípios técnicos:** linguagem bem estruturada, clara, definida, profissional e compreensível; fundamentação em métodos e técnicas psicológicas;
- **modalidades de documentos:** Declaração, Atestado Psicológico, Relatório/Laudo Psicológico e Parecer Psicológico (conceito, finalidade, estrutura);
- **validade dos conteúdos dos documentos;**
- **guarda dos documentos e condições de guarda.**

O Código de Ética Profissional também aborda questões a serem observadas na elaboração de documentos: Art. 1, "c" e 2°, "g" (qualidade do trabalho e fundamentação), Art. 1°, "g" e "h" (direito do cliente receber a devolutiva por escrito) e Art. 12 (restrições aos documentos de equipe multiprofissional).

Algumas representações éticas têm sido apresentadas a partir de queixas que colocam em questão a qualidade dos documentos escritos pelo psicólogo. Nesses casos, a Comissão de Ética verifica, dentre outros, qual a modalidade do documento produzido e se foram cumpridos os pressupostos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional e pela Resolução CFP 07/03

O psicólogo que elabora documentos escritos deve se apropriar da Resolução CFP 07/03 na íntegra. Ela pode ser localizada no site www.crp.org.br – item "Legislação – Resoluções."

advertência: O Conselho Regional de Psicologia – 6º Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP SP nº 04/06, e não tendo comparecido após duas convocações, faz divulgar a penalidade de **ADVERTÊNCIA** à psicóloga

- realizar avaliação pericial psicológica em processo de adoção em situação de suspeição, posto que mantinha relacionamento pessoal com a criança e familiares;
- realizar procedimentos que causaram prejuízos aos usuários dos serviços de Psicologia;
- estabelecer relações com profissionais da equipe que interferiram na condução e no resultado dos serviços psicológicos.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (*): Art. 1º "c"; Art. 13º e Art. 20º "c".

(*Resolução CFP Nº 002/1987 – Código de Ética vigente até 26/08/2005.

PSICOLOGIA E POVOS INDÍGENAS

CRP SP, São Paulo, 349 ps.

Organizado pela Grupo de Trabalho Psicologia e Povos Indígenas do CRP SP, tem como eixo principal as palestras realizadas durante encontros e colóquios sobre povos nativos e indígenas, promovidos pelo Conselho, a partir de 2007. Psicólogos, antropólogos, cientistas sociais, entre outros profissionais, se juntaram a lideranças indígenas para dar sua visão sobre este assunto. A publicação, um exemplo raro dentro dessa temática no Brasil, busca contribuir com as discussões que envolvem as relações interculturais intrínsecas a esse novo campo de atuação para os psicólogos, acentuando que os cuidados de ordem técnica não devem se sobrepor aos de ordem ética, mas andar juntos. A versão eletrônica do livro pode ser obtida gratuitamente no endereço www.crpsp.org.br/povos/povos.

OS CONTORNOS DA PSICOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Gleiber Couto e Sanyo Drummond Pires (orgs.); Casa do Psicólogo, São Paulo, 2010, 223 ps.

Livro de estreia de uma série que se propõe a pensar a Psicologia a partir do diálogo entre suas diferentes concepções. Aqui estão reunidos autores de diferentes formações teóricas, que discutem linguagens e metodologias diferentes sob a perspectiva psicológica: psicanálise e ciência; ciúme romântico, inteligência emocional, comportamento alimentar, psicoterapia analítico-funcional, Psicologia Jurídica e bem-viver psíquico no trabalho contemporâneo.

PREÇO: R\$ 40,00 | TELEFONE: (11) 4524-6997 | INTERNET: www.casadopsicologo.com.br

MEDIAÇÃO, O CONFLITO E A SOLUÇÃO

Eliana Riberti Nazareth; ArtepauBrasil, São Paulo, 2009, 126 ps.

A autora, psicanalista, apresenta a mediação como processo que poderá auxiliar o leitor na arte do relacionamento, seja familiar, social ou profissional. Aponta boas dicas destinadas a compreender o conflito e lições de negociação e mediação. O livro também apresenta várias ferramentas práticas dos métodos auto-compositivos.

PREÇO: R\$ 18,25 | TELEFONE: (11) 5085-8080 | INTERNET: www.artepauBrasil.com.br

SEM RECEITAS PARA PAIS E EDUCADORES

Ângela Maria Amâncio de Ávila; All Print, São Paulo, 2010, 114 ps.

Este livro se destina a pais, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, pediatras, advogados, babás, avós, educadores de creches, mães sociais e outros cuidadores de crianças. É uma contribuição no âmbito da educação, da prevenção e da saúde pública que ressalta a importância das relações amorosas na infância como o alicerce para a estruturação psíquica saudável do ser humano. Não se trata de um manual de receitas de educação infantil, mas um pouco do cotidiano do universo adulto/criança.

PREÇO: R\$ 20,00 | TELEFONE: (11) 2478-3413 | INTERNET: www.allprinteditora.com.br

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PONTOS E CONTRAPONTOS

Valéria Amorim Arantes (org.), Sílvia Gasparian Colello e Sérgio da Silva Leite, São Paulo, Summus, 2010, 232 ps.

Dois especialistas, Sérgio, da Unicamp, e Sílvia, da USP, ampliam a compreensão do ensino da língua escrita. Discutem a possibilidade de alfabetizar sem retornar à cultura cartilhesca, abordam o papel da afetividade na alfabetização e a sistematização do trabalho pedagógico em sala de aula. Conversam com o leitor também sobre paradigmas a serem revistos no caso da aprendizagem escrita.

PREÇO: R\$ 54,50 | TELEFONE: (11) 3872-3322 | INTERNET: www.gruposummus.com.br

SAÚDE MENTAL NO TRABALHO. DA TEORIA À PRÁTICA

Débora Miriam Raag Glina e Lys Esther Rocha (orgs.). Roca, São Paulo, 2010, 464 ps.

Com a colaboração de especialistas de diversas regiões do Brasil, este livro aborda o adoecimento psíquico relacionado ao trabalho. É destinado principalmente a profissionais de saúde mental e saúde do trabalhador, a responsáveis por normatização e fiscalização de ambientes e condições laborais, empregadores e dirigentes de organizações de trabalhadores.

PREÇO: R\$ 115,00 | TELEFONE: (11) 3331-4478 | INTERNET: www.editoraroca.com.br

OUVINDO CRIANÇAS NA ESCOLA. ABORDAGENS QUALITATIVAS E DESAFIOS METODOLÓGICOS PARA A PSICOLOGIA

Máriene Proença Rebello de Souza (org.); Casa do Psicólogo, São Paulo, 2010, 284 ps.

A área de Psicologia Escolar e Educacional tem produzido um conjunto importante de pesquisas que buscam compreender como as crianças entendem e explicam seu processo de escolarização. Os pesquisadores inseridos nesta coletânea tiveram contato direto com trabalhos voltados para a infância e desenvolveram pesquisas metodológicas de aproximação à criança e a sua escolarização.

PREÇO: R\$ 44,80 | TELEFONE: (11) 45246997 | INTERNET: www.casadopsicologo.com.br

A seção ESTANTE é feita em parceria com a Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi).

Informações: www.bvs-psi.org.br



CFP cessa os efeitos da **Resolução 009/2010** durante seis meses e **mantém a 010**

O Conselho Federal de Psicologia suspendeu por seis meses, a partir de 2 de setembro último, a Resolução CFP 009/2010 que trata da atuação do psicólogo no Sistema Prisional. Atendeu, assim, a Recomendação da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, que requereu a suspensão da Resolução 009/2010, sob pena de o CFP ter de responder a Ação Civil Pública.

O CFP reafirma que essa Resolução foi aprovada pelo Sistema Conselhos de Psicologia sob a égide da crítica às instituições penitenciárias que, de maneira geral, não cumprem sua função de ressocialização, nem a Lei de Execuções Penais no tocante à instalação da Comissão Técnica de Classificação e delegando ao exame criminológico a decisão sobre a progressão de pena. Foi por isso que o CFP havia

vetado a realização do exame criminológico pelos psicólogos, considerando que ele não atende aos princípios éticos e técnicos da profissão.

Entretanto, os efeitos da Resolução CFP 010/2010, que também havia sofrido pedido de suspensão pela mesma Procuradoria, estão mantidos. A resolução institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência na rede de proteção. Neste caso, o CFP entende que a inquirição de crianças e adolescentes em juízo pelo psicólogo não corresponde aos limites do exercício da Psicologia e aos limites éticos da profissão. Tais parâmetros encontram sustentação na Lei 4.119/62 e no Código de Ética da Profissão. Veja mais: www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticia_100905_001.html.

serviço-escola terá evento em são paulo

Nos dias 23 e 25 de setembro, foi realizado no campus Anália Franco da Universidade Cruzeiro do Sul, em São Paulo, o 18º Encontro de Serviços-Escola de Psicologia do Estado de São Paulo. O evento, dirigido principalmente a psicólogos, estudantes de Psicologia e demais profissionais da área da Saúde, foi uma oportunidade de avaliar e discutir assuntos pertinentes à função e à atuação dos serviços-escola de Psicologia paulistas.

Além das atividades desenvolvidas pelos profissionais convidados, o evento, que contou com o apoio do CRP SP, teve a apresentação de trabalhos, comunicações orais, pôsteres e minicursos.

pesquisa crepop aborda políticas públicas de esporte

Até o final de setembro, estará em andamento a quarta e última pesquisa do Crepop de 2010: "A atuação dos psicólogos nas políticas públicas de esporte". A partir daí, serão entregues os relatórios de todas as pesquisas do ano e começarão os preparativos para o encontro nacional, marcado para novembro, em Brasília. Na oportunidade, serão escolhidos os temas de pesquisa para 2011, submetidos posteriormente para apreciação e aprovação da Apaf. Participe e mantenha-se informado no *site* do Crepop: crepop.org.br

feira cultural lgbt teve participação do **crp sp**

No último dia 3 de junho, foi realizada no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, a décima edição da Feira Cultural LGBT. O evento fez parte do Mês do Orgulho Gay em São Paulo e antecedeu a tradicional parada realizada na Avenida Paulista. Neste ano, a organização providenciou a montagem de sete tendas, com assuntos diversificados e

de interesse do público. O CRP SP esteve presente na Tenda 3 – Psicologia, onde realizou oficinas que abordavam as diferentes concepções sobre a formação da família. Também foi distribuído ao público material de divulgação produzido pelo Conselho sobre o assunto.

assembleia orçamentária aprova anuidade para 2011

Em 27 de julho passado, o CRP SP realizou, no auditório da sede, em São Paulo, a Assembleia Orçamentária que apresentou, discutiu e aprovou os valores com relação à anuidade de 2011. A reunião foi realizada, pela primeira vez, em sistema *on-line*, com polos de transmissão nas subsedes. A iniciativa permitiu a participação dos psicólogos de todo o estado, que puderam, em tempo real, tirar dúvidas, enviar sugestões e fazer considerações durante os trabalhos.

A anuidade, reajustada para R\$ 289,00, poderá ser paga em parcela única como segue:

EM 31 DE JANEIRO COM DESCONTO DE 1.99%	R\$ 283,25
EM 28 DE FEVEREIRO COM DESCONTO DE 0.99%	R\$ 286,13
EM 31 DE MARÇO SEM DESCONTO	R\$ 289,00

EDUCAÇÃO

nota técnica orienta o psicólogo

O CRP SP está divulgando uma nota técnica esclarecendo sobre a atuação de psicólogos em contextos escolares e educacionais. Entre os objetivos estão os de: romper com a tendência histórica da prática do psicólogo na educação de patologizar, medicalizar e produzir diagnósticos classificatórios; defender práticas que consideram a realidade escolar brasileira, a diversidade cultural e as dimensões psicossociais das comunidades educacionais; incentivar a atuação do psicólogo em projetos coletivos de forma interdisciplinar, fortalecendo pessoas e grupos, contribuindo para a elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico da escola e ampliar a reflexão acerca da necessidade de construir com a equipe escolar estratégias de ensino-aprendizagem que considerem os desafios da contemporaneidade. A nota completa pode ser conferida no portal do Conselho: <http://www.crsp.org.br/crp/midia/noticias/contexto-esco-edu.aspx>

política antimanicomial e pacientes judiciários

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária publicou, no último dia 30 de julho, a Resolução nº 04/2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais de Atenção aos Pacientes Judiciários e Execução da Medida de Segurança. O documento recomenda a adoção da política antimanicomial no que diz respeito à atenção aos pacientes judiciários e à execução da medida de segurança.

Com essa resolução, preconiza-se a manutenção da proteção dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. Além disso, o modelo assistencial de tratamento e cuidado em saúde mental deve ser antimanicomial, em serviços substitutivos em meio aberto. Em suma, uma vitória dos que lutam pela Reforma Psiquiátrica. O texto completo da Resolução pode ser conferido no portal do CRP SP: http://www.crsp.org.br/crp/midia/noticias/politica_antimanicomial.aspx.

evento debate medicalização na educação

Estão abertas as inscrições para o I Seminário Internacional A Educação medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos, evento que será realizado de 11 a 13 de novembro, no campus Paraíso da Universidade Paulista, Unip – Rua Vergueiro, 1.211, São Paulo. O encontro, que tem o CRP SP como um de seus organizadores, irá divulgar e discutir controvérsias acerca do diagnóstico e tratamento de supostos transtornos de aprendizagem. Saiba mais e inscreva-se no endereço <http://www.crsp.org.br/medicalizacao>.

LarPsi
Livraria de Psicologia na internet

Atendimento Online

- Últimos lançamentos
- O maior acervo de livros de psicologia
- FRETE GRÁTIS a partir de R\$ 200,00
- Entrega em todo o Brasil
- Todas as formas de pagamento

Acesse o site
www.larpsi.com

Fundunesp Cursos 2º Semestre
Fundação para o Desenvolvimento da UNESP

Aprimore seu conhecimento através dos Cursos de Atualização da FUNDUNESP. Confira as vantagens: curta duração, certificação, docentes das Universidades Públicas e Privadas. Cursos destinados a estudantes e profissionais das áreas de Saúde, Educação e Organizacional.

Setembro:

- ♦ Psicologia Organizacional e do Trabalho
- ♦ Compreensão Psicossomática: Corpo e suas Expressões

Outubro:

- ♦ Aspectos Psicossociais do Fenômeno Violência: Família, Infância e Sociedade
- ♦ A Psicologia diante das Emoções Humanas: dependência e co-dependência nas relações amorosas
- ♦ Psicodiagnóstico de Crianças e Adolescentes

Novembro:

- ♦ A Deficiência e a Diversidade: Possibilidade de Reflexão e Intervenção
- ♦ Aspectos Psicológicos no Contexto Hospitalar

Dezembro:

- ♦ Princípios da Psicologia

Confira os descontos para inscrições antecipadas!

Mais informações? (11) 3474-5343 <http://www.fundunesp.unesp.br/cursos@fundunesp.unesp.br>

participe do **JORNAL PSI**

acesse a página do jornal no site e envie sua sugestão de reportagem

GESTALT SP INSTITUTO GESTALT DE SÃO PAULO

Cursos de Extensão para profissionais das áreas de saúde e educação. Workshops, Palestras, Minicursos abertos ao público em geral. Atendimento Psicológico.

Formação em Gestalt-terapia (2 anos) / Introdutório em Gestalt-terapia / Arteterapia / Curso de Atendimento a Crianças / Constelações Familiares / Plantão Psicológico

Coordenação Geral:
Claudia Ranaldi Nogueira CRP 06/24567
Luiz Roberto Lillenthal CRP 06/18718
Myrian Bove Fernandes CRP 06/878

Tel/fax 11 38491933 tel 11 38428939
www.gestaltsp.com.br / igsp@gestaltsp.com.br
Rua: Ferreira de Araújo, 652

Ψ P P E S P
INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA, ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
CRP PJ 06/2686 CNPJ 05.469.707/0001-65
EPSP Escola de Psicologia de São Paulo

- * CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO PARA PSICÓLOGOS (2 ANOS)
Psicoterapias Psicodinâmicas de base winnicottiana
- * CURSOS DE EXTENSÃO PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E ORGANIZACIONAL (2 OU 4 MESES)

Coord.: Prof.Dr.Joaquim Gonçalves Coelho Filho – CRP06/35761
Consulte Programas dos Cursos
www.ipesp.com.br

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo
Rua Luis Góis, 1185 - 04043-300 - Metrô Santa Cruz
PABX 5594.1226

PÓS GRADUAÇÃO - NOVAS TURMAS

Centro Psicológico de Controle do Stress

CURSOS EM CAMPINAS E SÃO PAULO

- ESPECIALIZAÇÃO EM TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL
- ATUALIZAÇÃO EM TERAPIA COMPORTAMENTAL COGNITIVA EM:

Extensão Universitária em Terapia Comportamental Cognitiva
Para alunos de graduação que queiram se aprofundar na abordagem Comportamental Cognitiva
Inscrições até 01 de fevereiro de 2011

NOVAS TURMAS

Informações no site www.estrresse.com.br

IPCS Marília Novas Turmas
Rua Tiradentes 289 c.91
Guanabara Campinas SP
(19) 3234-0288

Rua Carlos Sampaio 304 c.102
Bela Vista São Paulo SP
(11) 3288-0782

Fique por dentro do que acontece no crp sp

www.crpssp.org.br

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
*Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia 2011

COORDENAÇÃO: ERNESTO RAUL DUVIDOVICH (CRP06/7745) E WALKIRIA DEL PICCHIA ZANONI (CRP06/5039)

INÍCIO: 05/04/11 OU 06/04/11 • DURAÇÃO: 3 ANOS • HORÁRIOS: 3ª FEIRA: 19H30 AS 22H30 OU 4ª FEIRA: 9H AS 12H OU 18H AS 21H.

Informações pelos telefones: 11 3864-2330 / 3865-0017 ou **acesse**
www.centropsicanalise.com.br
cep@centropsicanalise.com.br

INScrições ABERTAS

CEP
CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS
30 anos

Edições Berggasse 19 apresentam:

PROGRAMA 3ª JORNADA "Grandes Psicólogos e suas Teorias"

- 02 de Outubro "Para conhecer Sigmund Freud"
Debatedor: Franklin Goldgrub
- 09 de Outubro "Para conhecer Anna Freud"
Debatedora: Regina Maria Gromann
- 16 de Outubro "Para conhecer Georg Groddeck"
Debatedor: Lazslo Antonio Ávila
- 23 de Outubro "Para conhecer Jacques Lacan"
Debatedor: Geraldino Alves Ferreira
- 30 de Outubro "Para conhecer Carl Gustav Jung"
Debatedora: Lídia Schwarz
- 06 de Novembro "Para conhecer Melanie Klein"
Debatedora: Sueli Rossini
- 13 de Novembro "Para conhecer Jean Piaget"
Debatedor: Lino de Macedo
- 20 de Novembro "Para conhecer Wilhelm Reich"
Debatedor: Cláudio Mello Wagner
- 27 de Novembro "Para conhecer Karen Horney"
Debatedora: Valquíria Gold
- 04 de Dezembro "Para conhecer Erich Fromm"
Encerramento: Rubens Valverde

Coordenadores: Rubens R. Valverde e Heidi R. N. Riveras
Local: Pampas Palace Hotel - São Bernardo do Campo - SP
Inscrições por telefone: (11) 4991 8064 / (11) 8144 7334
grandespsicologos@uol.com.br www.paraconhecer.com.br

Apoio Cultural
CEP
CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS



Conselho Regional
de Psicologia SP

